



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Compártilha Igual 4.0 Internacional.

## Apresentação

Este artigo era destinado, inicialmente, a ser publicado no livro organizado com as intervenções das mesas do XVI Simpurb<sup>1</sup> realizado em Vitória na Universidade Federal do Espírito Santo entre os dias 14 e 17 de novembro de 2019. Como o texto na época não teve tempo de ser revisado e adequado às normas do livro, ele não pôde ser publicado. Revisamos o artigo e procuramos adequar algumas partes, mas nossas intervenções foram mínimas e, quando necessário, acrescentamos uma nota explicativa como Nota dos Editores (NE). Parte do texto que nos foi enviado por Carlos Walter foi retirada de artigo publicado por ele em um periódico<sup>2</sup>. A palestra de Carlos Walter que deu origem ao texto fez parte da Mesa Redonda 7, intitulada *A geopolítica urbana na América Latina contemporânea: disputas dos comuns* e cujos palestrantes foram Carlos Walter, Rodrigo Hidalgo, Mônica Arroyo e teve como debatedora Ester Limonad<sup>3</sup>. Muitas das referências que fez Carlos Walter não puderam ser encontradas, portanto, nem sempre o texto segue as normas consagradas de citações.

A revisão do texto foi feita por Ana Maria Leite de Barros e por Cláudio Luiz Zanotelli.

### Revisão de

**Ana Maria Leite de Barros** 

Universidade Federal do Espírito Santo  
[amleitedebarros@gmail.com](mailto:amleitedebarros@gmail.com)

**Cláudio Luiz Zanotelli** 

Universidade Federal do Espírito Santo  
[claudio.zanotelli@ufes.br](mailto:claudio.zanotelli@ufes.br)

### Nota explicativa

As notas foram colocadas no final do artigo.

## América Latina/Abya Yala no Sistema Mundo: de Geopolítica, de outras configurações socioespaciais e de Outros Horizontes de Sentido (A questão da terra e da Terra revisitada)

*Carlos Walter Porto-Gonçalves*

### INTRODUÇÃO

Várias questões importantes estiveram fora do debate teórico-político nos últimos anos, tanto nos meios acadêmicos como políticos, com exceção dos poucos especialistas que se mantiveram atentos<sup>4</sup>. A Reforma Agrária veio perdendo espaço, por exemplo. O ensaio que aqui oferecemos ao leitor procura colocar o debate sobre a terra e a Terra num âmbito mais amplo. Para isso, começamos pela questão geopolítica, sem a qual é impossível entender os processos socioespaciais em curso em suas múltiplas dimensões escalares espaço-temporais, com sua dimensão política explícita<sup>5</sup>. A questão geopolítica, como não poderia deixar de ser, já se coloca no próprio título desse artigo, que reconhece uma tensão territorial constitutiva da região que nos cabe habitar. Afinal, dar nome próprio já é, de certa forma, se apropriar e a tensão no nome América Latina/Abya Yala (PORTO-GONÇALVES, 2011) revela uma disputa de poder de nomear, o que se coloca de modo explícito sobretudo desde os anos 1990 e como vimos recentemente (01 a 13 de outubro de 2019) no Equador.

Estamos diante de uma nova configuração do sistema mundo capitalista moderno-colonial que nos governa a 500 anos!

Com isso, a inspiração braudeliiana de Immanuel Wallerstein (1930-2019), com sua história de larga duração, reforça a genial formulação de Milton Santos de entender o “espaço geográfico como acumulação desigual de tempos” e de Marc Bloch que nos fala da “contemporaneidade do não-coetâneo”. Com isso, nos aproximamos de Giovanni Arrighi, Aníbal Quijano e José Luiz Fiori, intelectuais que vem trazendo contribuições fundamentais para a questão geopolítica nos chamando a atenção para a primazia da escala global do sistema mundo para que se compreenda as múltiplas escalas que nos habitam.

A expressão “caos sistêmico”, cunhada por Giovanni Arrighi, deve nos servir de pano de fundo para entender o período histórico que atravessamos enriquecido pela tese da “crise do padrão de poder e de saber”, de Aníbal Quijano, e, ainda, sua teoria da colonialidade do saber e de poder.

Segundo Giovanni Arrighi, o sistema mundo se sustenta em duas lógicas principais: (1) a lógica capitalista e (2) a lógica Territorialista, nem sempre convergentes. Não dá para entender a reforma agrária que os EEUU impuseram em Porto Rico, em 1942, ou ao Japão depois da II<sup>a</sup> Guerra, simplesmente atribuindo



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

essa iniciativa aos interesses do capital. Não, ali prevaleceu os interesses geopolíticos estratégicos, territoriais, a ponto de o Estado norte-americano ter desapropriado uma das principais empresas estadunidenses em Porto Rico à época, a saber, a United Fruit e, no Japão, além da reforma agrária, houve a abertura preferencial do seu mercado para as exportações japonesas, o que ensejou a expressão “desenvolvimento a convite”. Ou ainda, a posição do Brasil durante o governo Lula da Silva, em 2010, de não apoiar a iniciativa

de separação da Media Luna da Bolívia (Beni, Santa Cruz e Pando) protagonizada pelo bloco de poder da República da Soja<sup>6</sup>, mesmo que o governo brasileiro à época tivesse o agronegócio como um dos seus aliados na sua política interna. Afinal, apoiar aquela iniciativa do agronegócio na Bolívia fragilizaria a principal “hipótese de guerra” com que operava as FFAA<sup>7</sup> na defesa da integridade territorial do Brasil, a saber, desde finais dos anos 1980, a defesa da Amazônia, e não mais a fronteira sul do país, como era desde o período colonial.

**Figura 1.** A República Unida da Soja



Fonte: <http://www.grain.org/es/article/entries/4739-la-republica-unida-de-la-soja-recargada>

Aníbal Quijano, por seu lado, caracteriza esse sistema mundo por sua “heterogeneidade histórico-estrutural” reforçando o caráter da totalidade do sistema mundo capitalista, mas ampliando sua compreensão com a crítica ao eeuurocentrismo onde (1) as relações de assalariamento conviveram com outras relações sociais que vão desde a escravidão, à servidão e à reciprocidade e (2) chamando a atenção para a centralidade do racismo na constituição desse

sistema mundo moderno colonial que comanda a geopolítica e a geocultura mundial, (3) para a colonialidade do saber que se impôs com a ideia eurocêntrica da ciência como “conhecimento universal” e o epistemicídio que a acompanha, além da (4) dimensão patriarcal e suas violações na conquista territorial. Devemos a Aníbal Quijano a compreensão que a “colonialidade sobreviveu ao fim do colonialismo”, o que nos impediria de falar de pós-colonialismo, haja vista que a

colonialidade permaneceu com a estrutura centro-periférica do sistema mundo, com o racismo, com o patriarcalismo e com a dominação da natureza e, com essa ideia-matriz, todos os grupos/classes sociais associados à natureza seriam inferiores e, assim, estaria autorizada a sua dominação. Assim se passa com aqueles que, “por natureza”, seriam inferiores, seja o negro, a mulher, indígena e aqueles/as que vivem por seu trabalho manual.

Segundo I. Wallerstein, o “caos sistêmico” teria se iniciado em finais dos anos sessenta com o fim do liberalismo clássico, com a revolução de 68, que se completaria com a queda da URSS, em 1989. A partir de então (1968-1989) temos o neoliberalismo. Tomemos em consideração que I. Wallerstein nos chama a atenção para a geocultura que passara a dominar o mundo pós-iluminismo, sobretudo ao longo de século XIX, com a primazia do liberalismo que, para ele<sup>8</sup>, se forjara no embate entre os conservadores que defendiam o *ancien régime*, enquanto os liberais defendiam o iluminismo e o progresso em nome da ciência, luzes essas que beneficiariam a humanidade. De outro lado, os socialistas/comunistas/anarquistas que ganham a cena política, sobretudo a partir de 1848 (Manifesto Comunista), e que forjaram o campo popular revolucionário contra o qual também se moviam os liberais. Talvez o fato de, em 1989, ou seja, 72 anos depois do famoso “todo poder aos *soviets*” da

Revolução de Outubro de 1917, não houvesse um único *soviet* para defender aquela revolução, seja a melhor expressão do caráter liberal que tomou conta do campo das esquerdas. Afinal, seriam os planos quinquenais feitos com a melhor ciência dos planejadores (*Nomenklatura*) os verdadeiros protagonistas do progresso humano, tal e como pensavam os liberais clássicos. Rosa Luxemburgo em seu “A Revolução Russa”<sup>2</sup> pronunciara o significado negativo de substituir a classe pelo partido, ainda que dissesse que embora pertencesse “ao mundo dos canários” sabia da importância do partido.

O mesmo I. Wallerstein chamaria a atenção para as lições do século XX, em particular para o que chamou “a estratégia dos dois passos”: o primeiro passo, a tomada do poder de Estado; o segundo passo, mudar o mundo. O século XX demonstrou ad *nauseam*, que o primeiro passo foi dado amplamente com os movimentos anti-sistêmicos surgidos *desde abajo*, como se diz em bom espanhol, que conquistaram o governo, desde a social-democracia europeia, passando pelo comunismo, no Leste europeu, na URSS e China, e pelo nacionalismo revolucionário, que dominou na Ásia, na África e, também, na América Latina. Enfim, esses movimentos anti-sistêmicos dominaram o mapa *mundi* até o advento do neoliberalismo, já nos inícios dos anos 1970, com o massacre chileno de 1973 e a visita de Richard Nixon à China.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

**Figura 2.** R. Nixon aperta a mão de Mao Tsé Tung, em 1972



Por razões geoestratégicas e territorialistas, em 1972, tanto a China como os EEUU elegeram a URSS como inimigo estratégico<sup>10</sup>. Essa estratégica aliança China-E-EUU seria vitoriosa ao derrotar a URSS e, com isso, inaugurou uma nova etapa da ordem mundial a partir dos anos 1990 (Consenso de Washington). Considere-se que essa aliança geopolítica contribuiu para impor uma profunda derrota ao movimento revolucionário mundial, sobretudo às comunas da Revolução chinesa de 1949, que protagonizaram a Revolução Cultural e sua crítica ao desenvolvimentismo da urbano-industrialização eeuurocêntrica tão bem representada pelo modelo do “estado soviético” (valha a contradição nos termos). Dessa aliança emanou a nova ordem mundial pós-1989, que os EEUU acreditaram se afirmar como único *hegemon*<sup>11</sup> num mundo unipolar. Desde então, os liberais abandonam as promessas socialmente inclusivas, como as do *Welfare State*, e se aliam pouco a pouco com os conservadores, o que se torna sistêmico com o Consenso de Washington

e seu neoliberalismo. Enfim, a aliança com os EEUU permitiu à ala Gestorial do Partido Comunista Chinês derrotar a esquerda da Revolução, a chamada Revolução Cultural e tudo de inovador nela implicado. A grande experiência da Dinastia Ming (1368-1644) de gestão territorial, que se consumara na construção da Grande Muralha de 8.850 km de extensão e na conformação do maior Estado Territorial então conhecido, se afirmará com a conquista do poder na Revolução de 1949, junto com a afirmação camponesa. Eis uma tensão de larga duração que atravessa a China e que, recentemente, em finais dos anos 1970, começa a pender para a classe Gestorial que, mesmo não sendo proprietária privada dos meios de produção, os controla por meio da gestão. A expertise gestorial chinesa de larga duração surpreenderá o mundo por sua capacidade de mover um país agrícola e camponês rumo à maior potência industrial do mundo, já nos inícios do século XXI.

Assim, a parte do mundo sob hegemonia eeuurocêntrica expe-

rimentará, pela primeira vez, em 500 anos, um deslocamento geográfico do Atlântico Norte para o Pacífico, com todas as implicações geopolíticas e culturais que daí derivam. Para os chineses, o que se trata é de *Re-Orient*, como bem caracterizou em um de seus últimos trabalhos Andre Gunder Frank. Assim, com a nova ordem geopolítica mundial pós-1990 passamos a viver sob duas formações sociais capitalistas, a saber: o Capitalismo Monopolista de Estado – CME – sob hegemonia das grandes corporações burguesas<sup>12</sup>, geopoliticamente e culturalmente sob o domínio estadunidense e da OTAN; e, de outro lado, o Capitalismo de Estado Monopolista – CEM – sob hegemonia dos Gestores do Partido Comunista Chinês. Os Gestores e a Burguesia (Corporações) são ambas classes capitalistas, na exata medida em que vivem da produção/apropriação da mais valia. São diferentes, porque um é hegemônico pelos capitais privados cada vez mais corporativizados – o CME – ainda que em aliança com os Gestores; e o outro – o CEM – é hegemônico pelos Gestores, ainda que em aliança com as grandes corporações, como é bem o caso da China.

O grande construto ideológico da afirmação do CME sob hegemonia geopolítica estadunidense foi a noção de desenvolvimento (Arturo Escobar, Gustavo Esteva, Wolfgang Sachs). Até os anos 1950 não se falava em desenvolvimento<sup>13</sup>. Os europeus justificavam suas ações na América Latina, na África ou na Ásia em nome da civilização e do pro-

gresso desses povos/regiões, assim como antes falavam de colonizá-los e/ou cristianizá-los. Colonizar, Civilizar, Cristianizar e Desenvolver são, todos, construtos coloniais, cada um a seu tempo. Com euurocentrismo e sua colonialidade todos os povos/regiões haverão de progredir desde que deixem de ser outros e passem a ser medidos por um cânone euurocentrado. A “ideologia do desenvolvimento”, na feliz expressão de Miriam Limoeiro, haveria de colonizar corações e mentes e, desde então, isto é, desde a IIª Guerra, se desatou a chamada Grande Aceleração com a reconstrução europeia, o *Welfare State* e a substituição de importações que ensejou alguma industrialização em alguns países da periferia. Na Europa, o *Welfare State* implicou a destinação de grande parte da mais valia social redistribuída como salário indireto como bem-estar social (saúde, educação, previdência social), através dos Gestores do Estado. Sua condição de possibilidade política esteve ligada à ameaça comunista<sup>14</sup>.

Por todo lado, o estímulo ao consumo animou políticas movidas a crescimento econômico sem maiores preocupações com as eventuais implicações no metabolismo planetário, apesar dos alertas precoces de George Bataille em seu livro “A Parte Maldita” (1949), seja por suas implicações na subjetividade humana, como nos alerta Tales Ab’Saber inspirando-se em Sigmund Freud em seu “Psicologia das Massas” e a análise do eu (1921)<sup>15</sup>. Enfim, como destaca



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

Luiz Marques em seu livro “Capitalismo e Colapso Ambiental”, após a IIª Guerra as curvas de demanda de matérias primas de todo tipo passam a crescer exponencialmente, ao se levar à prática a ideologia do desenvolvimento que, por sua vez, já nos anos 1970 viria proporcionar a que se abrisse um debate acerca dos “limites do desenvolvimento”, quando as grandes corporações (Clube de Roma), começam a se preocupar com a escassez de matérias-primas (PORTO-GONÇALVES, 1984) e intelectuais, alguns com histórias associadas aos estudos sobre os processos de desenvolvimento/subdesenvolvimento, como Celso Furtado, começam a colocar em dúvida suas próprias crenças como se pode ver em “O Mito do Desenvolvimento” (Furtado, 1974). Surge, até mesmo, um campo novo de conhecimento como a economia ecológica e a ecologia política, que procuram relacionar a inscrição metabólica da sociedade com uma aproximação das ciências sociais das ciências da natureza sem reducionismos, como nos estudos de Nicolas Georgescu-Roegen (1906-1994). O campo do conhecimento hegemônico começa a ser abalado em um dos seus pilares, aquele que separa a natureza da sociedade, as ciências sociais das ciências da natureza.

Desde os anos 1990 e inícios dos anos 2000, a China surpreenderá o mundo com suas taxas de crescimento econômico de dois dígitos por mais de 20 anos seguidos, o que fez com que as curvas de crescimento das

demandas de matérias primas se multiplicassem ainda mais para o gozo das oligarquias fundiárias dos países das periferias e das grandes empresas mineradoras e como tragédia para os povos e comunidades não-urbanas de todo canto do mundo que viram seus territórios devassados por esse processo de acumulação que unia Gestores Estatais e Não-estatais (Fundos de Pensão, por exemplo) e Grandes Corporações transnacionais. Assim, além do Consenso de Washington, vimos nascer o Consenso das *Commodities* (Maristela Svampa), onde governos progressistas à direita e à esquerda (à direita, a Colômbia, o Peru e o Chile, de um lado, e, à esquerda, a Venezuela, o Equador, o Brasil e a Bolívia, de outro) apostavam no que viria a ser batizado como neo-extratativismo (Eduardo Gudynas, Alberto Acosta e Horacio Machado Aráoz).

A demanda por explorar a natureza como matérias primas cresceu tão exponencialmente que se forjou a expressão *A Grande Aceleração* a esse período de crescimento da economia, e a que se caracterizasse o período pós-fim da IIª Guerra Mundial como uma nova era geológica em que o ser humano teria se tornado um agente tão potente capaz de promover alteração metabólica global: Antropoceno ou Capitaloceno?

Não olvidemos que, nas ruas, a chamada contracultura (*hippies, beatniks, ecologistas*) havia colocado em xeque o “desenvolvimento” lá mesmo onde ele parecia ter dado certo,

na Europa e nos EEUU, com suas críticas ao horizonte de sentido dado à vida com o consumismo e a corrida armamentista (Guerra do Vietnam, Hiroshima Nunca Mais). Outros protagonistas surgem na cena política além dos urbanos (o papel privilegiado atribuído à classe operária está aqui incluído), como as minorias étnicas (povos e comunidades indígenas), os negros (seja na Negritude enquanto movimento africano, seja entre os *Black Power* estadunidenses, com Malcolm X e Angela Davis entre tantos), e as mulheres em sua luta contra o patriarcalismo. Tudo isso se junta ao protagonismo do campesinato que havia demonstrado sua força na Revolução Chinesa, na Revolução Vietnamita, na Revolução Cubana. No entanto, o fim do liberalismo clássico com a queda do muro de Berlim, como salientara I. Wallerstein, haveria de proporcionar a emergência de um novo giro territorial a partir da América Latina. Voltaremos a esse tema ao final desse artigo.

### **URBANO? RURAL? PARA ALÉM DO URBANOCENTRISMO**

Os números são estonteantes: a humanidade experimentou nos últimos 50/60 anos o maior processo expropriatório jamais vivido em toda a história num mesmo período de tempo. Em 1960, segundo a ONU, a população mundial total era de cerca de 3,0 bilhões de habitantes, sendo 1,8 bilhões rurais e 1,2 bilhões urbanos. Em 2015, a população mundial era de 7,2 bilhões, com

3,8 bilhões urbanos e 3,4 bilhões de população rural<sup>16</sup>! Assim, a população total mais que dobrara, com um aumento de aproximadamente 140%; a população urbana por seu lado, tivera um aumento de 217% no mesmo período. Isso implica uma demanda de matéria e energia em aumento exponencial não só porque a pegada ecológica de um habitante urbano é maior do que a de um habitante rural, como também pelo caráter capitalista que comanda o processo geral de produção de mercadorias, com seu estímulo permanente ao consumo, o que alguns chamam elogiosamente de destruição criativa. No entanto, a população rural do planeta era maior que nunca, o que uma leitura que naturaliza a urbanização oculta (porque a deseja). Enfim, jamais tivemos tanta gente na área rural como temos hoje no planeta, um aumento de 89%: a população rural passou de 1,8 bilhões, em 1960, para 3,4 bilhões, em 2015. Jamais tivemos tanta gente no campo no mundo como hoje. E, mais, hoje de cada 10 habitantes urbanos do mundo, 7 estão não nas cidades-luzes que nos prometeram, mas estão na África, na Ásia ou na América Latina, nesses novos assentamentos humanos precarizados que são as chamadas periferias ou o *Planeta Favela*, de Mike Davis. É o próprio Mike Davis quem nos diz que o Pentágono considera a periferia urbana como o novo alvo estratégico do Pentágono. O Haiti, por exemplo, virou um laboratório de experimentação de técnicas de controle militar dos pobres<sup>17</sup>.

Enfim, estamos diante de uma tensão conflitiva de larga duração



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

(Braudel/Wallerstein) em que há uma pressão metabólica para se obter água, energia, alimento e matérias primas em geral que ameaça uma população não-urbana<sup>18</sup> que hoje é maior do que era a 50/60 anos atrás. Regiões que, até então, estavam relativamente protegidas, como os Páramos colombianos, os Cerrados (Brasil), os llanos (Venezuela), as sabanas (Colômbia), as Amazônias, a Araucania, os bosques do Dahrein, a Selva Lacandona, a própria Cordilheira Andina, são áreas que se tornaram novos focos de tensão territorial e civilizatório. Em vários países da América Latina, onde houve um intenso processo de desterritorialização e expulsão de populações camponesas e indígenas e uma intensa urbanização, como o Brasil, por exemplo, regiões sensíveis, como a Amazônia, assim como as outras acima assinaladas nos demais países, viram a pressão do capital e sua dinâmica territorial própria de devastação pela demanda exponencialmente aumentada de matéria e energia. Não sem sentido, os povos indígenas ganham protagonismo na luta contra o capital em uma verdadeira encruzilhada civilizatória (PORTO-GONÇALVES, 2019).

O advento das telecomunicações e, sobretudo da televisão por suas implicações subjetivas – “a fabricação capitalística da subjetividade”, de Felix Guatarri – ensejaria que *A Grande Aceleração* forjasse uma profunda ruptura metabólica que academicamente se vem caracterizando como Antropoceno ou como

Capitaloceno. Na verdade, trata-se de uma transformação da inscrição metabólica da sociedade contemporânea de tal magnitude que transforma completamente, inclusive, os termos do debate em torno de conceitos clássicos como os de Rural e de Urbano, tal como eurocentricamente a análise dos assentamentos humanos vem sendo tratada. E não há como negar que a questão urbana é parte da geocultura com que o Iluminismo colonizou o mundo, incluindo o debate acadêmico! Voltaremos a esse tema mais adiante.

Assim, se abre um significativo debate teórico onde até mesmo o campo de uma ciência do urbano começa a ser repensado. Neil Brenner em seu artigo “Teses sobre a urbanização” afirma que “as geografias da urbanização (concebidas durante muito tempo com respeito as populações densamente concentradas e aos entornos construídos das cidades) estão adquirindo morfologias novas e de maior envergadura, que perfuram, atravessam e fazem explodir a antiga divisão entre o urbano e o rural”.

E N. Brenner nos lança a imagem (FIGURA 3) que segue com a legenda: “Essa imagem de satélite com luzes à noite ilustra [que] as geografias da urbanização explodiram as barreiras das cidades, metrópoles, região e território: assumiram uma escala planetária”. E nos fala, ainda, dos “novos desafios e perigos [derivados] - por exemplo, [d]a proliferação da confusão sobre a especificidade do urbano propriamente dito”, haja vista que

(...) o processo emergente de urbanização estendi da está produzindo uma estrutura variiegada que, em lugar de concentrar-se em pontos nodais ou de circunscrever-se a regiões delimitadas, se tece agora de maneira desigual e com uma densidade cada vez maior em grandes extensões de todo o mundo. Resulta impossível entender adequadamente essa formação por meio dos conceitos tradicionais relacionados com a urbanidade, o metropolitano ou o esquema bi-nário urbano/

rural, que pressupõe uma separação espacial coerente dos distintos tipos de assentamentos. Tampouco se pode conseguir uma compreensão eficaz sobre a base de ideias mais recém-desenvolvidas em torno da cidade global(izadora), já que a maioria de suas variantes pressupõem uma limitação territorial das unidades urbanas, embora agora, entendi-das como ligadas com outras cidades mediante redes transnacionais de capital, trabalho e infraestruturas de transporte/comunicação (BRENNER, p. 10, 2014).

**Figura 3.** Imagem de satélite com luzes à noite



Fonte: Brenner, 2014. Disponível em: <http://emetropolis.net/artigo/146?name=teses-sobre-a-urbanizacao>

Brenner recolhe ainda uma série de expressões que o atual debate acerca da questão urbana coloca como “urbanização estendida”, “sociologia dos assentamentos” (HERBERT GANS, 2009), “mancha urbana” e que o mundo de hoje estaria sob “transformações sócio-espaciais sistêmicas” numa “era urbana” (ONU). Sobre o urbano, Brenner escreve:

Paradoxalmente, no mesmo momento em que o urbano parece ter adquirido uma importância estratégica sem precedentes para um amplo arco de instituições, organizações, pesquisadores, atores e ativistas, o seu contorno se tornou escorregadio. A aparente ubiquidade da condição urbana contemporânea faz com que se

pareça impossível definir (BRENNER, p. 10, 2014).

E para ilustrar a “urbanização estendida”<sup>19</sup>, Neil Brenner nos oferece um mapa da IIRSA com a seguinte legenda, ainda impregnada pelo eurocentrismo urbanocêntrico: “Novas geografias transnacionais de intervenção estatal no processo urbano estão emergindo, como ilustrado nesse mapa (FIGURA 4) de 2011 do projeto para a *Iniciativa para a Integração Regional da América do Sul (IIRSA)*”.

Neil Brenner afirma ainda que a urbanização “contém dois momentos dialeticamente inter-relacionados: Concentração e Extensão”.

**GEOGRAFARES** 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

**Figura 4.** Mapa do projeto para a Iniciativa para a Integração Regional da América do Sul - IIRSA (2011)



Fonte: Brenner, 2014. Disponível em: <http://emetropolis.net/artigo/146?name=teses-sobre-a-urbanizacao>

### Para o autor,

(...) durante muito tempo, a teoria urbana concebeu a urbanização principalmente em termos de aglomeração, ou seja, a concentração densa de população, infraestrutura e investimento em determinados lugares situados sobre um plano territorial de maior amplitude e menor densidade demográfica. Embora se saiba que a escala e a morfologia dessas concentrações experimentam mudanças drásticas ao longo do tempo, em geral, a urbanização foi definida com referência a essa tendência sócio-espacial básica. (...) Muito menos atenção foi dedicada a outro tema vinculado ao

processo de aglomeração: como se origina e, por sua vez, deixa uma marca nas amplas transformações da organização sócio-espacial e as condições ecológicas/ambientais presentes no resto do mundo. Embora grande parte dos teóricos urbanos as ignoraram ou relegaram ao plano analítico, tais transformações (materializadas em densos circuitos de trabalho, produtos básicos, formas culturais, energia, matéria prima e nutrientes) simultaneamente irradia para fora da zona imediata de aglomeração e retornam simultaneamente à maneira de implosão à medida que

se desdobra o processo de urbanização. Dentro desse campo de desenvolvimento urbano, estendido e cada vez mais universal, as aglomerações se formam, se expandem, contraem e se transformam de maneira contínua, mas sempre por meio de densas redes de relações com outros lugares, territórios e escalas, incluídos os âmbitos tradicionalmente classificados como alheios a condição urbana. Esses últimos abarcam, por exemplo, povos pequenos e médios, aldeias situadas em regiões periféricas e zonas agroindustriais, corredores intercontinentais de transporte, rotas transoceânicas, circuitos de energia e infraestrutura de comunicação em grande escala, cenários destinados a extração de recursos do subsolo, órbitas dos satélites e ainda a própria biosfera. Consequentemente, desde a perspectiva aqui anunciada, a urbanização compreende a concentração e a extensão: esses momentos estão dialeticamente inter-relacionados, na medida em que se pressupõem e contrapõem-se mutuamente de forma simultânea.

Por um lado, essa proposição sugere que as condições e trajetórias das aglomerações (cidades, cidades-regiões, etc.) devem se conectar analiticamente com processos de maior escala relacionados com reorganização territorial, a circulação de trabalho, produtos básicos (matérias-primas, nutrientes e energia) e a extração de recursos, que, em definitivo, abarcam o espaço do mundo inteiro. Ao mesmo tempo, essa perspectiva sugere que, na realidade, as transformações socioambientais importantes ocorridas em zonas geralmente não-vinculadas às condições urbanas (desde circuitos agroindustriais e cenários dedicados a extração de petróleo, gás natural e carvão até redes transoceânicas de infraestrutura, tubagens subterrâneas e órbitas de satélites) estão cada vez mais inter-relacionadas com os ritmos de desenvolvimento das aglomerações urbanas. Em consequência, independentemente de sua demarcação administrativa, morfologia sócio-espacial, densidade populacional, ou posição dentro do sistema capitalista global,

tais espaços devem ser considerados como componentes integrados de um tecido urbano estendido, de caráter mundial. Essa dialética de implosão (concentração, aglomeração) e explosão (extensão do tecido urbano, intensificação da conectividade interespaçial em diferentes lugares, territórios e escalas) é um horizonte analítico, empírico e político essencial para qualquer teoria crítica de urbanização nessa primeira parte do século XXI” (BRENNER, 2014, p. 18-20).

Enfim, o que Neil Brenner em nome da tradição eeuurocêntrica reivindica como do campo do urbano, na verdade, implica dizer que estamos diante de um processo que nos remete a um conceito tradicional, o de Ecúmeno, que devemos recuperar, aliás, como parece sugerir sem dizê-lo Herbert Gans (2009), com sua defesa de uma “sociologia dos assentamentos humanos”. Afinal, Ecúmeno é uma palavra que tem sua origem no grego *oikoumène*, formada a partir do substantivo *oikos*, casa, habitação, família, aposento ou povo; e do verbo *meno*, que significa ficar, permanecer, esperar, persistir, continuar a ser, a existir, a subsistir (LIRA, *apud* BRANDÃO 2019). Em grego *oikoumène* é a ideia de mundo habitado, no sentido da Terra como a casa onde todos os povos, tribos e línguas habitam. O geógrafo Augustin Berque retoma a noção de ecúmeno para tratar de tais relações. Berque apresenta o ecúmeno como conceito mais adensado, a ele agregando sua perspectiva experiente sobre a relação ser humano e ambiente com influências do pensamento oriental, segundo a arquiteta Gabriela Gazola Brandão (BRANDÃO,



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

2019)<sup>20</sup>. Para Berque, de acordo com Maria *apud* Brandão (2019, p. 3),

(...) o ecúmeno é compreendido como uma realidade relacional: é a relação da humanidade com a superfície terrestre. O ecúmeno é, em uma só vez, a Terra e a humanidade, mas não a Terra mais a humanidade, e sim a Terra enquanto ela é habitada pela humanidade, como também, a humanidade enquanto ela habita a Terra<sup>21</sup>.

O mais interessante, e que mais uma vez denuncia o caráter urbanocêntrico do eurocentrismo é que, no fundo, tudo isso nos remete ao significado etimológico para além do urbano da palavra urbano, desde sua origem. Com a ajuda de Roberto Monte-Mor<sup>22</sup> podemos avançar na descolonização desse conceito. É ele quem nos diz:

Do latim veio o sentido de urbano, com dupla conotação: de urbanum (arado) veio o sentido de povoação, a forma física da ocupação do espaço de vida delimitado pelo sulco do arado dos bois sagrados que marcava o território da produção e de vida dos romanos (MONTE-MOR, R., p. 6, 2006).

Assim, o sentido de urbano remete à inscrição metabólica da sociedade enquanto “ocupação do espaço de vida delimitado pelo sulco do arado dos bois sagrados que marcava o território da produção e de vida dos romanos” (Ibidem). O urbano não nos faz sair da natureza, desfazendo o sentido que a expressão guarda em seu caráter eurocêntrico em que a cultura, a cidade e o urbano, domina a natureza, o campo e o rural. É ainda Monte-Mor (2006, p. 7) quem nos ajuda explicitando o lugar de poder que o urbano invoca:

O termo urbano foi resgatado apenas no século XVI em português, segundo Antonio Houaiss (2001), para se referir a cidade-império, e particularmente no século XVII à cidade-sede do Império Britânico em construção, segundo o Webster's Lexicon (1987), sendo que mesmo a palavra city (vinda do francês cité e do latim civitas) se impôs na língua inglesa a partir do centro financeiro de Londres, generalizando-se no período vitoriano em contraposição ao campo. Raymond Williams (1973; 1983) mostra que a palavra city apareceu no século XIII de forma paradigmática referindo-se a cidades ideais ou bíblicas (em lugar de borough ou town) e qualificando representações do poder: cidade provincial, cidade-catedral, etc”<sup>23</sup>.

O economista equatoriano Alberto Acosta nos lembra, com a ajuda de Rodriguez Ibáñez, que

La ciudad se encaramó en el simbólico dominante, como el lugar privilegiado de distanciamiento de la naturaleza, como el lugar de la civilización, como el lugar del éxito moderno, como la materialización del progreso y del desarrollo. La ciudad se identificó como distanciamiento de lo campesino, y en nuestro continente invadido eso significa, también, distanciamiento de lo indígena, en oposición a lo rural que se relaciona con “dependencia” de los ciclos de la naturaleza. La ciudad se hizo, así, el lugar privilegiado para no ser nosotros ni nosotras, para dejar de mirarnos al espejo y, al contrario, tratar de vivir una mascarada de imitaciones a lo externo, a lo “civilizado”, a lo “desarrollado”, a lo moderno-colonial (IBÁÑEZ *apud* ACOSTA, 2019).

## A INSPIRAÇÃO QUE VEM DA PRÁTICA POLÍTICA

Não queremos repetir aqui o fantasma que ronda a história do pensamento crítico, como denunciemos em nosso ensaio “De Utopia e de Topoi”:

Desde Thomas Morus (1478-1535) com seu livro Utopia<sup>24</sup>;

de Tomas Campanella com sua Cidade do Sol (1568-1639); de Gustavo Babeuf (1760-1797) com seu Manifesto dos Iguais; a R. Fourier (1772-1837) com seus Falanstérios; a R. Owen (1771-1858) com sua comunidade New Harmony (EUA), Edward Bellamy com seu Looking Backwards (Olhando para Trás), de 1885, e William Morris com seu News from Nowhere (Notícias de Lugar Nenhum), de 1890, que certa tradição de pensamento crítico vem se desenvolvendo em torno de utopias<sup>25</sup>.

A utopia é um não-lugar, um lugar distante, um lugar separado – uma ilha –, um lugar-nenhum, ou um lugar num outro tempo, na linha do tempo, de um tempo linear, como nas ideias de progresso onde é devir, porvir (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 11).

Mais que de utopias ou do debate epistemológico acima apenas esboçado com a ajuda de Brenner, Brandão e Acosta há um conjunto de experiências concretas que vêm ensaiando mundos outros, tanto no interior da aglomeração como na extensão, para me apropriar dos termos de Brenner no comentário acima extensamente copiado. Na verdade, o que parece estar se ensejando é uma nova constelação de conceitos em torno da tríade território-territorialidade-territorialização. Enrique Viale nos lembra que haveremos de estender

(...) puentes entre los que resisten a la minería en lugares apartados, los que ponen el cuerpo al glifosato y al agronegocio, y los que vivimos en ciudades cada vez más caras, enrejadas y represivas. Es una misma lucha y es el desafío del momento, pero los vínculos entre la gente del campo y de la ciudad no vienen dados, sino que debemos construirlos. En eso estamos” (VIALE, 2017, p. 20).

Visitemos alguns desses ensaios de mundo<sup>26</sup>. A Asso-

ciação de Arquitetos Alemães, um país do Norte global, fez um chamado programático para que se mudasse o paradigma na arquitetura e da construção, com o documento “A Casa da Terra”.

O documento propõe superar a ideia de crescimento e pede aos arquitetos e urbanistas que defendam uma compreensão da vida diferente desde a reutilização dos recursos disponíveis enfatizando a “inteligência do simples” para substituir a atualização técnica de “edifícios inteligentes”; a preservação do existente sobre a demolição desnecessária; o emprego de materiais completamente reutilizáveis ou compostáveis; o abandono dos materiais à base de carbono e dos combustíveis fósseis na construção, substituindo-os pela eficiência energética; a mobilidade estendida como uma tarefa conceitual e criativa de arquitetos e urbanistas; entre outros pontos (ACOSTA, 2019).

Outro aporte notável que nos oferece a Europa é o de Davide Brocchi,

(...) um dos principais promotores do “El Día del Buen Vivir” (UrbaneTransformation - Das gute leben in der eigenen Stadt, 2017) na Alemanha, a partir da cidade de Colônia (Köln), que há vários anos propõe uma profunda transformação urbana para esse país europeu. Seu êxito é cada vez maior. Tanto que Brocchi, ao analisar esta experiência e outras mais – Utopiastadt em Wuppertal, Jack in the Box em Köln-Erenfeld, Bürgerinitiative Viva Viktoria em Bonn - conclui – em um livro publicado em 2019: Grosse Transformation im Quartier – Wie aus gelebter Demokratie Nachhaltigkeit wird, Oekom, München) – que é possível a “grande transformação do bairro”, e que com uma democracia vivida se pode lograr a sustentabilidade, inclusive em termos ambientais (ACOSTA, 2019).

O mesmo autor chama a atenção, ainda, para as propostas que também se multiplicam



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

e que estão em marcha em vários lugares, como no Brasil o movimento por

(...) uma “arquitetura para a autonomia”, ativando, cultivando e reconhecendo territórios educadores - espaços ou inclusive instantes onde sobretudo se desaparece aquilo que se pensava e assumia como conhecido e indiscutível, espaços que propõem descolonizar o pensamento e os corpos -, como base fundamental para transformar as cidades. O que demanda, a partir dessa perspectiva, uma transição de *“uma práxis arquitetônica e urbanista hegemônica, exclusiva, mercantilizada, colonial, fora da realidade, ao exercício de múltiplas práticas complexas, inclusivas, contextualizadas, resilientes, integradas - que gerem afeto, valor, significado e pertencimento durante sua elaboração e existência”*, tendo como horizonte o *Buen Vivir*<sup>27</sup>”.

Esta arquitetura para a autonomia propõe: inverter a perspectiva para descolonizar o imaginário e produzir coletivamente conhecimento; conectar saberes, para ativar comunidades autônomas e inteligências coletivas; criar uma paisagem comum inspirado no que poderia ser o Bem Viver na cidade... a lista de projetos concretos neste empenho é enorme tanto dentro do Brasil, como fora desse país”. (ACOSTA, 2019).

Acosta (2019) mostra também que os bairros adquirem importância entre as iniciativas que ensaiam esses outros mundos.

Há muitas ações em curso para organizar a habitação e o transporte, para prover energia elétrica e serviços, recuperar escolas e espaços comuns, consolidar finanças cooperativas e moedas comunitárias, hortas urbanas para alcançar níveis crescentes de autoabastecimento alimentar e estabelecer âmbitos de recreação, tendas e negócios particulares e comunais; negócios comunitários para reciclar e consertar equipamentos (...). Tudo isto demanda ampliar a ajuda mútua como base de outra economia. (ACOSTA, 2019).

Na mesma linha, as creches comunitárias que cuidam dos filhos das mulheres que saem em busca de alguma renda monetária se reproduzem nas periferias.

Expressões do mundo não-urbano, como o *mutirão*, de origem tupi-guarani, e a *minga*, de origem quechua-aymara, nomeiam práticas de ajuda mútua em espaços onde sempre se destaca o individualismo e a urbanidade. Em suma, práticas sociais de inspiração indígena e camponesa se reproduzem nas cidades, sobretudo nas periferias. Por exemplo, o “*pasanaku de bens e dons*” está relacionado com o *Ayni*, um sistema de cooperação rotativo herdado das culturas dos Andes, na Bolívia (ACOSTA, 2019). Enfim, nas cidades existem muitos “*girones de comunidad*”, para recuperar as palavras de Rita Segato, como mostra Acosta (2019):

(...) “*girones de comunidad*” que, em parte, advém da migração dos mundos rurais (indígenas e afro) e, em, de outras formas de organização da vida. Não olvidemos que o indígena, afro e popular está também atravessado pela promessa da modernidade: individualismo, consumismo, produtivismo. Apesar disso, muitos segmentos populares das sociedades encontram no *Buen Vivir/Vivir Bien*, como anota Mario Rodríguez Ibáñez: (...) “*Não se trata de modelo ou um projeto claro, mas de um sentido que exige capacidade de construir, inventar, criar e permitir o brotar do existente, que reconfigura a dominação para outros horizontes. Não é possível sem diversidade e pluralidade (...)*” (ACOSTA, 2019).

Ainda como nos relata Acosta (2019), as opções concretas estão presentes em muitos lugares. Em *El Alto*, na periferia de *La Paz*, Bolívia<sup>28</sup>,

(...) brotam ações *desde abajo* que tendem a criar processos educativos para a construção do comunitário, propendendo a uma convivência harmônica entre os humanos incluindo a Natureza. Os trabalhos da Red da Diversidad, da Fundação Wayna Tambo, dão conta dessas e outras experiências. Aqui estão em jogo a planificação e uso do solo, o território e o hábitat urbano; o espaço para viabilizar os encontros e convivências, não só os fluxos comerciais; os consumos e modos de produção e de vida urbanos; outras economias e outras lógicas de mercado (convivendo com o mundo capitalista...); a recuperação dos espaços públicos: praças e ruas (cujo conteúdo comum foi vampirizado por políticas urbanistas destinadas muitas vezes a embelezar as cidades esvaziando-as de habitantes...); a pluralidade e diversidade em exercícios de crescente democratização (ACOSTA, 2019).

O mesmo pode ser visto entre os Nasas, na Colômbia; entre os Wampis, no Peru; entre os Shuar, no Equador; entre os Guarani, na Bolívia e, ainda, entre os Mapuche, no Chile e Argentina; entre os Mundurucus e seu Protocolo de Consulta, na Amazônia brasileira, assim como entre os Tupinambá do sul da Bahia.

No México estão em curso experiências urbanas de Autodefesas e Polícias Comunitárias, uma das questões mais candentes nos espaços das periferias urbanas, sobretudo pelo enfrentamento com as milícias e o paramilitarismo. Cansados da violência a que estão submetidas, várias comunidades se sobrepõem à cumplicidade das autoridades municipais e dos Estados com o poder de facto do narcotráfico e suas modalidades e atividades paralegais e estabelecem Autodefesas, Polícias Comunitárias e outras

formas de organização em que tomam em suas próprias mãos a responsabilidade de segurança comunitária, processos esses com desdobramentos diversos, mas que indicam a necessidade de superação de um Estado que escapa ao controle daqueles em nome dos quais se estabelece. Em vários casos, o ethos comunitário indígena estabelece alguns controles de caráter assembleário que inibe modos hierárquicos e individualizados nas relações sociais e de poder, como os purépechas de Cherán. Armando Bartra em seu ensaio *Con los Pies sobre la Tierra* (Bartra, 2015) nos oferece uma refinada análise dessas experiências inspiradoras e contraditórias ao mesmo tempo.

Luis Hernández Navarro<sup>29</sup> nos informa que

Em Coalcomán, Chincuilá, Coahuayana (e em parte em Aquila) subsistem autodefesas que contam com grande legitimidade social. Um caso à parte é o da polícia comunitária de Ostula e seus 24 grupos nomeados em assembleia, que emana diretamente da comunidade. Na mesma direção caminham os serviços de segurança de Pomaro. Igualmente legítimos são as guardias comunitárias de Cherán e de outras comunidades da Meseta Purépecha. Em Tancítaro, os grandes produtores de abacate financiam seus corpos de segurança e os institucionalizaram no Corpo de Segurança Pública de Tancítaro (Cusept) (NAVARRO, 2019).

Em Coahuayana (cidade do estado de Michoacán, na fronteira com o estado Colima), Héctor Navarrete, dirigente das autodefesas(...) goza de enorme prestígio e boa reputação na população. Sua conduta é inatacável. Tem o controle da segurança municipal do lugar. Conta com o apoio da Câmara de Comércio local. Seu êxito na luta contra a insegurança é relevante. Segundo a Fiscalía General del Estado (FGE), nos últimos cinco



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

anos ocorreram somente 11 homicídios dolosos, dois casos de extorsão – dos quais foram detidos os responsáveis – e nenhum sequestro (NAVARRO, 2019).

A partir de um Conselho Popular formado em 2003, as Autodefesas de Chinicuila, teve um facilitador da sua organização comunal que

(...) obriga às autoridades (incluído o presidente municipal) a acatar a voz do povo. Dele dependem 40 encarregados da ordem, cada um formado por uma média de 20 ranchos (NAVARRO, 2019).

Outro caso pode ser visto em Tepalcatepec, conhecida como berço das autodefesas

Ali Juan José Fariás, *El Abuelo*, agora enfrentado ao CJNG [Cártel de Jalisco Nueva Generación] (que lhe declarou a guerra e pôs preço a sua cabeça em um vídeo), mantém o controle do município. Três vezes esteve preso e nas três ocasiões foi libertado. Mais além de suas relações perigosas, muitos de seus concidadãos o consideram um herói desde que derrotou a sangue e fogo os *Zetas* [um cartel] (NAVARRO, 2019).

### Segundo Luis Navarro

Os dirigentes autênticos das autodefesas são representantes locais ou municipais, não líderes estatais autoproclamados. Surgidas de um problema de insegurança real não resolvida, diversas regionalmente, legítimas em alguns municípios e cooptadas pelo narcotráfico em outros, são um fenômeno a que o Estado deve dar resposta diferenciada. Não são iguais; não se pode tratá-las da mesma maneira (NAVARRO, 2019)<sup>30</sup>.

Enfim, a quantidade de ações desde os bairros e as comunidades é impossível de determinar. Em todo o planeta, as pessoas se organizam para uma multiplicidade de atividades que têm a ver com temas de limpeza, segurança, educação, saúde, entre tantas. Quais ações têm em seu

seio um verdadeiro potencial transformador resulta uma das perguntas mais complexas de responder. Algumas delas, pensadas e executadas a partir de necessidades conjunturais, podem servir para construir relações de vizinhança que poderiam potencializar posteriormente ações realmente comunitárias<sup>31</sup>.

Não se trata de uma apologia abstrata do local, do bairro, do comunitário, antecipemo-nos às críticas que se fazem quando se arrolam as experiências que vêm desde o local. Já salientamos em vários momentos (PORTO-GONÇALVES, 2018<sup>32</sup>, entre outros artigos) que as escalas não são neutras face às relações sociais e de poder que as constituem e dos grupos/classes sociais que por meio delas se afirmam. Além disso, acompanhamos o alerta de Alberto Acosta que nos diz:

Isto não implica transformar os bairros – e às comunidades rurais – em uma espécie de guetos marginalizados das lutas em marcha, tanto a nível nacional como internacional. Tampouco simplesmente de assumir subsidiariamente tarefas que competem aos municípios. Ao contrário. *Desde abajo* há que se pensar e cristalizar outros estados, outras sociedades, outras economias, outras instituições, outros mundos (ACOSTA, 2019).

Todos esses são exercícios de criação comunitária transcendente e prática; são esforços que por si só não mudam o mundo, mas ajudam a pensar como fazê-lo (o que no plano pessoal sempre motiva) e cujo potencial será cada vez maior enquanto se entreteçam redes de resistência e construção de alternativas entre bairros dentro das cidades e fora delas, entre as cidades, entre o campo e as urbes.

Enfim, são ensaios de mundo tanto quanto esse artigo é um ensaio que os acompanha.

Acosta (2019) nos aponta que “há que se pensar e cristalizar outros estados, outras sociedades, outras economias, outras instituições, outros mundos”.

No entanto,

Consolidando bases materiais de autossuficiência, interdependência e autonomia genuínas haverá inclusive mais possibilidades para propor e exercitar alternativas transformadoras como as que poderiam vir, (...) da introdução da renda básica universal, da redução da jornada de trabalho produtivo, da saúde e da educação gratuitas; sem perder de vista a redistribuição da riqueza e dos ingressos via tributos aos patrimônios, à mais valia, às rendas desmedidas ou inclusive através de reformas agrárias e urbanas que afetem a excessiva concentração da riqueza e da propriedade. Ações que demandam uma clara estratégia de construção de poderes contra hegemônicos.

Acosta (2019) vai ainda mais além ao afirmar que

Na mira deve estar a recomposição da cotidianidade revalorizando a convivência em comunidade, a construção e defesa de bens comuns, a consolidação de histórias e conhecimentos comuns, a autogestão da produção e da distribuição, das atividades destinadas à reprodução da vida, a desprivatização e a recuperação comunitária (não estatizada) dos bens e espaços públicos, e mesmo busca de alternativas que ajudem a superar aquela perversa opção que aflora ao assumir que as necessidades são infinitas, que a acumulação material deve ser permanente, que ter mais nos faz mais felizes... falácias tão difundidas e próprias da civilização que hoje nos domina. Em definitivo, desde os bairros e das cidades, se devem construir novos sentidos de vida que descoquem a era do lucro sem fim [NE: conjectura: desafiem a era do lucro sem fim].

Quanto mais forte seja o tecido social comunitário, quanto mais

abertas e solidárias sejam as construções comunitárias, quanto mais intensa e ativamente participemos no processo social, quanto mais alianças sociais e políticas se consolidem, quanto mais influência tenha a educação e capacitação, assim como a atenção de saúde comunitárias, quanto mais autossuficiência material se logre, mais liberdade e mais autonomia alcançaremos. Para lográ-lo haverá que desenvolver as capacidades necessárias para abordar temas e desafios novos, com criatividade, audácia e sem fixações que limitem as ações comunitárias. Tudo isso, como já se disse antes, sem pedir permissão e sem descuidar dos limites e particularidades das urbes do Norte e do Sul global (cujas diferenças podem requerer propostas distintas em cada caso) (Acosta, 2019).

Na América Latina/Abya Yala várias dessas experiências vêm colocando em questão a noção de desenvolvimento – não mais alternativas de desenvolvimento, mas sim alternativas ao desenvolvimento, como o Sumak Kausy ou Semaq Qamaña, mal traduzidos como Bem-Viver. Na Europa, se debate o decrescimento (Serge Latouche) como uma proposta para enfrentar a insustentável leveza do ser capitalista e o colapso ambiental a que ele nos leva. Talvez um dos maiores desafios teórico-políticos e filosóficos com que havemos de nos defrontar seja o de admitir múltiplas respostas e não a busca de um modelo, de um sistema, mas sim de um mundo onde caibam muitos mundos, como assinalaram os zapatistas.

**QUANDO A REVOLUÇÃO  
DISCUTIU SEU ESPAÇO:  
ENFIM, O QUE FAZER  
COM SUAS CIDADES,  
COM SEUS CAMPOS**



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

Insistimos que mais que um debate teórico, que é, se trata de um debate teórico-político que escapa aos especialistas, ainda que eles possam contribuir. Determinadas experiências históricas, como a Revolução Russa (e outras) ampliaram enormemente a compreensão dessas problemáticas de alta complexidade, como a questão territorial das relações entre o rural e o urbano em chave euurocêntrica, por exemplo. Trata-se de um debate hoje mais necessário do que nunca para pensar nosso ecúmeno, uma sociologia dos assentamentos humanos, uma geografia social outra, o que foi objeto de um rico debate entre os revolucionários europeus, como na Rússia pós-revolução de 1917. Enquanto ainda foi possível algum debate entre os revolucionários russos, até o final dos anos 1920, o movimento dos desurbanistas<sup>33</sup> bem que tentou colocar em debate a forma espacial. Escapando das visões idealistas comuns aos arquitetos e urbanistas, explicitaram que toda forma espacial é formada (RODRIGUES, 1975) e, como tal, tende a reproduzir as relações sociais e de poder que, por meio das formas, se afirmam, se conformam, se permitem levar às últimas consequências esse caráter formado das formas. Assim, há uma relação de imanência entre espaço-forma e formação social. Os desurbanistas à época colocaram a questão do que fazer com as formas espaciais socialmente formadas quando se quer trans-formar a sociedade? O espaço se coloca assim como um container de poder no sen-

tido forte da palavra, na medida em que abriga as relações de poder que o engendra. Assim, é nos topoi que haveremos de nos inspirar.

Os revolucionários desurbanistas russos dos anos 1920<sup>34</sup> já apontavam para a necessidade de reorganizar territorialmente a sociedade – sua forma espacial – como parte do processo de transformação societária, como se dava na Rússia daqueles anos. A.L. Morton, na sua obra *L'Utopie Anglaise*, já destacara duas concepções muito diferentes de socialismo, através da oposição entre E. Bellamy e William Morris. O próprio W. Morris num artigo da Revista Socialist League, *Commonweal*, de 22 de janeiro de 1889, criticando o livro de Bellamy, dizia ser necessário “rejeitar categoricamente o modelo de uma sociedade socialista fundada essencialmente na técnica, ligado à tradição do comunismo militarizado, como o de Cabet, por exemplo” (RODRIGUES, 1975, p. 57).

A mesma polêmica pode ser vista onde se destacava, de um lado, Tchernichevsky com seu romance “Que fazer?”, onde “a organização do espaço toma uma dimensão qualitativa nova (...) favorecendo a livre repartição dos habitantes no território [e] uma maior socialização (...) em que as cidades não subsistem senão como centro de comunicações e de transbordo, junto dos melhores portos”; e, de outro lado, Bogdanov, evolucionista e positivista que em seus dois romances utópicos “A estrela Vermelha” (1908) e “O Enge-

nheiro Menni” (1912) dava um lugar de honra ao maquinismo e todos os seus requintes e aperfeiçoamentos na crença de que serão os êxitos técnicos que imprimirão a mudança social.

Na URSS dos anos 1920, os desurbanistas “queriam uma sociedade cuja organização espacial favorecesse a repartição da responsabilidade coletiva entre os múltiplos centros, onde a agricultura e a indústria pudessem se desenvolver numa relação dialética. Era uma tentativa de resolver a contradição cidade/campo, indústria/agricultura” (Ibidem: 60). Rompendo com a visão tecnicista que predominava entre os arquitetos, os desurbanistas insistiam que eram os horizontes de sentido ético-morais e políticos que deveriam informar as normas sanitárias, técnicas.

As normas da temperatura, do volume e da luz emanam das condições sociais – do modo de produção. Estas normas mudam. A revolução no modo de produção, a revolução social, conduz inevitavelmente à revolução nas nossas noções de mínimo fisiológico (esta mesma noção de mínimo tornar-se-á supérflua), da necessidade absoluta, da eternidade da vida sedentária e da norma imóvel, geralmente permanente (...) A cidade deve perecer nas ruínas do modo de produção capitalista, porque a cidade era uma necessidade da sociedade capitalista de mercadorias. Estas necessidades desaparecerão, a própria cidade desaparecerá, enquanto produto destas. A cidade é a forma, a condição das relações sociais desta sociedade (MARX *apud* SAYER E CORRIGAN, 2012, p.118).

Para os desurbanistas,

(...) o processo de abolição da oposição entre a cidade e o campo não é um processo de urbanização do campo, como pensam certos partidários da cidade socialista,

nem da agrarização da cidade. Este processo termina com a dependência do campo em relação à cidade, enquanto centro industrial, porque o próprio campo se torna centro industrial. (...). A teoria das cidades socialistas é a teoria da forma burguesa do socialismo, e por esta razão ela é utópica, reacionária [NE: conjectura deve ser a fonte RODRIGUES, 1975].

Longe de querer o retorno a um passado, crítica que, aliás, só faz sentido no horizonte de uma história que se pensa como um tempo linear e numa única direção, os desurbanistas recuperavam o Anti-Düring de Engels:

Assim, o velho modo de produção deve ser forçosamente subvertido a fundo e sobretudo a velha divisão do trabalho deve desaparecer. Em seu lugar deve surgir uma organização da produção na qual, por um lado, nenhum indivíduo possa descarregar nos outros a sua parte do trabalho produtivo, condição natural da existência humana e, por outro lado, o trabalho em vez de ser um meio de escravização, se torne um meio de libertação dos homens, oferecendo a cada indivíduo a possibilidade de aperfeiçoar e de pôr em prática, em todas as direções possíveis, o conjunto das suas faculdades físicas e intelectuais, e na qual o trabalho que era uma carga se transforma em prazer (ENGELS *apud* RODRIGUES, 1975, p 61).

E, mais adiante, nos diz Engels:

A força hidráulica era local, a força a vapor é livre. Se a força hidráulica é necessariamente rural, a força a vapor não é de modo algum necessariamente urbana. (...) Só uma sociedade que engrena harmoniosamente as suas forças produtivas umas nas outras segundo linhas grandiosas de um plano único, pode permitir à indústria instalar-se em todo o país, com a dispersão mais conveniente ao seu próprio desenvolvimento e à conservação dos outros elementos da produção. A supressão da oposição cidade e campo, não é



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

só possível, mas tornou-se uma necessidade direta da própria produção industrial, como se tornou igualmente uma necessidade da produção agrícola e, ainda por cima, da higiene pública. Só com a fusão da cidade com o campo é que se pode eliminar a intoxicação atual do ar, da água e do solo: só ela pode levar as massas que hoje definham nas cidades ao ponto em que o seu estrume sirva para produzir plantas em vez de produzir doenças (ENGELS *apud* RODRIGUES, 1975, p. 61).

Assim, se coloca para o debate uma questão onde, talvez, os marxistas corretamente mais vêm insistindo, ainda que suas correntes hegemônicas estrutural-funcionalistas e evolucionistas deem ênfase no desenvolvimento das forças produtivas, quase sempre de modo unilateral e acrítico ao caráter evolucionista. Ao contrário, vemos em Engels, e mais adiante veremos também em Marx, assim como também entre os desurbanistas, o quanto o desenvolvimento das forças produtivas é central para uma sociedade que se pretenda ir mais além do capitalismo, como queriam, embora matizando esse desenvolvimento pelas circunstâncias histórico-geográficas. Registre-se, que Engels no *Anti-Düring*, Marx em *A Guerra Civil em França*, n' *A Crítica ao Programa de Gotha* e na carta-resposta a Vera Zasulich, inclusive nos seus borradores, assim como os desurbanistas, vislumbravam claramente os limites da urbano-industrialização capitalista, ainda sem experimentarem a desordem ecológica, o colapso ambiental contemporâneo, como nomeia Luiz Duarte, com seus efeitos na quebra das cadeias tró-

ficas nas quais os humanos estão implicados em sua alimentação, como se viu com a gripe aviária, com a gripe suína, com a “vaca louca” e com o crescimento das doenças degenerativas, para não falarmos do *stress*. Registre-se, também, as imensas oportunidades que se abrem com os novos meios de comunicação para que se viabilize o reordenamento territorial que indicavam para a supressão da oposição cidade/campo e agricultura/indústria sem que houvesse “urbanização do campo” ou “agrarização da cidade”, enfim, é de outros termos que necessitamos sem centrismos, seja “urbanocentrismo” ou “agrariocentrismo”.

O destino urbano-industrializante do mundo, como se vê, já não parece inexorável. O debate colocado pelos desurbanistas e por Engels no *Anti-Düring* embora tenha privilegiado a dimensão da divisão territorial do trabalho e destacado a dimensão técnica implicada, não deixara de indicar que as “normas sanitárias”, entenda-se técnicas, não deveriam se sobrepor aos horizontes de sentido ético-morais e políticos.

Marx, sobretudo depois de sua aproximação com os intelectuais russos (1868), com quem apreendera acerca das dinâmicas históricas distintas da Europa Ocidental a que estava familiarizado quando escrevera *O Capital*, e depois do impacto da Comuna de Paris, nos oferecerá um legado teórico-político com o qual muito temos para aproveitar, se não por outras razões, pela aguda crítica ao capitalismo que nos oferece,

mas também pela abertura que Marx apresenta para a importância dessas outras formas societárias não marcadas pelo destino capitalista, ainda que tendo que lutar contra ele.

Durante os 72 dias da Comuna de Paris, em 1871, sob a liderança dos blanquistas e, secundariamente, proudhonianos e bakuninistas, os *communards* organizaram o primeiro poder revolucionário a adotar uma ideologia abertamente (...) proletária” (VAINER, 2006). A Comuna: mais que um simples nome, mais que um mero remetimento ao Conselho Geral de Paris eleito democraticamente, a adoção orgulhosa do nome trazia consigo toda uma concepção e programa de organização social. Contra o Estado autocrático centralizado e centralizador – do poder e da riqueza –, os revolucionários conclamam todas as comunas a se insurgirem contra o poder central e a assumirem o poder em suas respectivas jurisdições, a fim de que se possa constituir uma livre federação de livres comunas. A esse respeito, escreveu Marx (1871: 25):

A Comuna de Paris havia de servir de modelo a todos os grandes centros industriais da França. Uma vez estabelecido em Paris e nos centros secundários o regime comunal, o antigo governo centralizado teria de ceder lugar também nas províncias ao governo dos produtores pelos produtores. No breve esboço de organização nacional que a Comuna não teve tempo de desenvolver, diz claramente que a Comuna deveria ser a forma política inclusive das menores aldeias do país. (MARX, 1871 *apud* VAINER, 2006.).

“Esse ideal de república federativa comunal, como chamou

atenção Korsch (1929), estava muito mais próximo do federalismo de blanquistas e proudhonianos que das teses marxistas” (VAINER, 2006). Na melhor tradição iluminista e suas pretensões universalistas, vale a advertência de que a comuna revolucionária nada tem a ver com nenhum tipo de comunidade, fundada em laços de sangue, língua, cultura ou territoriais. Ela é uma comunidade de cidadãos, e não de linhagens ou de vizinhos. (...) Da mesma maneira, encontramos aqui também a forma federativa proposta, alguns anos mais tarde, por Renner e Bauer: a federação dos *communards* é de base territorial, e não de base nacional, étnica e/ou cultural. Marx imediatamente incorpora (a Comuna) em seu esquema escalar. Citemos Marx:

A Comuna era, pois, a verdadeira representação de todos os elementos da sociedade francesa e, portanto, o governo nacional autêntico. Mas, ao mesmo tempo, como governo operário e campeão intrépido da emancipação do trabalho, era um governo internacional no pleno sentido da palavra. Ante os olhos do exército prussiano, que havia anexado à Alemanha duas províncias francesas, a Comuna anexou à França os operários do mundo inteiro (MARX, 1871 *apud* VAINER, 2006).

Havia “ministro” alemão nomeado pela Comuna de Paris.

Creio que o momento que hoje vivemos de “caos sistêmico” (Quijano, Wallerstein, Arrighi), do “caráter prolongado das lutas de classes” em transição para outra sociedade (Marx), se quisermos nos manter no marco teórico-político marxista, pode e deve recuperar as ricas formulações que Marx fizera



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

quando passara a ter fontes de informação própria das regiões da periferia do capitalismo, ou seja, quando ampliou seu horizonte de informações para além da Europa como, por exemplo, com os historiadores e ensaístas russos, quando passara a dominar a língua russa após 1868.

Registre-se, portanto, que Marx escrevera *O Capital* sem essas informações e, com o acesso a elas, relativizou algumas questões sobre a generalização do desenvolvimento capitalista que afirmara em sua obra maior, o que explicitou no prefácio à 2ª edição francesa de *O Capital* (SAYER; CORRIGAN in SHANIN, 2012). Nesse sentido, suas reflexões sobre a Comuna de Paris em *A Guerra Civil em França*, em parte já abordada acima, sua *Crítica ao Programa de Gotha*, os quatro borradores de sua carta-resposta a Vera Zasulich, além de outras cartas como as endereçadas a Danielson e a Kugelman, nos oferecem um rico material para um diálogo crítico com o que emana das lutas políticas contemporâneas na América/América Latina-Abya Yala e Caribe e em diálogo crítico com o pensamento crítico não-marxista como Franz Fanon, Aimé Césaire, Aníbal Quijano, Pablo Gonzalez Casanova, Edgardo Lander, Silvia Rivera Cusicanqui, Ramon Grosfogel, Catherine Walsh, Raquel Gutierrez, Walter Mignolo, Luis Tapia, Pablo Davalos, Raul Zibechi, Maristela Svampa, Wilma Almendra, Horacio Machado Araoz, Alberto Acosta e o jovem Alvaro Garcia Linera antes de se tornar vice-presidente da Bolívia.

## O PENSAMENTO REVOLUCIONÁRIO LATINO-AMERICANO CONTRA O EEUROCENTRISMO EM DIÁLOGO CRÍTICO COM O PENSAMENTO REVOLUCIONÁRIO EUROPEU

Aprofundemos esse diálogo com o léxico teórico-político que vem emanando das lutas dos campeesíndios/indigenatos (Armando Bartra/Darci Ribeiro) na América/América Latina/Abya Yala com o pensamento revolucionário de Marx, sobretudo com Marx Tardio (SHANIN, [1984], 2016).

Nos quatro rascunhos da carta de Marx em resposta à carta de Vera Zasulich há uma preocupação que vem ao centro dessas questões, qual seja: “a centralização do Estado no desenvolvimento capitalista, por uma parte, e a adequação da *obschina* como forma comunal, por meio da qual o trabalho poderia promover sua própria emancipação, por outra”. Marx, uma vez mais, contrapõe comuna e Estado. Distingue um dualismo contraditório dentro da comunidade rural russa entre tendências privadas e coletivistas que permite em seu desenvolvimento social possibilidades alternativas que dependem totalmente das circunstâncias históricas. Uma possibilidade aponta para o socialismo:

A situação histórica da ‘comuna rural’ russa não tem paralelo!... Enquanto tem na propriedade comunal da terra a base [natural] da apropriação coletiva, seu contexto histórico – a contemporaneidade da produção capitalista – lhe provê de condições materiais já existentes para o trabalho cole-

tivo em grande escala. Portanto, é capaz de incorporar os êxitos do sistema capitalista sem ter que lhe render seu duro tributo... Portanto, poderia se converter no ponto de partida direto do sistema econômico para o qual tende a moderna sociedade”, o comunismo. [NE: conjectura: Cartas de Marx *apud* Sayer e Corrigan]

“Para que se possa produzir este desenvolvimento é importante restabelecer a comuna em seu estado normal” (MARX *apud* SAYER E CORRIGAN, 2012: 119). A base para uma transformação socialista se encontra nas relações sociais existentes (e nas experiências pessoais que sustentam), em particular, a familiaridade dos camponeses com o *artel*<sup>35</sup> e com as formas coletivas de cultivo já praticadas nos prados e outras áreas de interesse geral (Ibidem, p.120).

Frente a isto, o que ameaçava a vida da comuna russa não é uma inevitabilidade histórica nem uma teoria; é a opressão estatal e a exploração pelos intrusos capitalistas, a quem o Estado fez poderosos a expensas dos camponeses” (Ibidem, p.120).

Os violentos conflitos que vem acompanhando a expansão capitalista nos últimos anos, em grande parte pela adequação espacial da América-Abya Yala como se viu com a IIRSA ou o Plan Mérida para sua integração (subordinada?) à nova configuração geopolítica que tem por base a aliança do Capitalismo Monopolista de Estado, sob hegemonia estadunidense, e o Capitalismo de Estado Monopolista, sob hegemonia do Partido Comunista Chinês e que desloca geograficamente o centro dinâmico pro-

ductivo para a Ásia-Pacífico, tem proporcionado eixos de expansão do capital onde tem sido intensa a violência, a conflitividade, a devastação, mas também tem sido grande a resistência dos campesíndios/indigenatos em defesa dos seus territórios, das suas comunidades, das terras, águas, bosques, savanas, páramos, mangues/humedales.

As análises de Marx sobre a Comuna Rural russa e o *artel* indicam que não é por nenhuma necessidade histórica que esses grupos/classes sociais/etnias/povos/nacionalidades eventualmente desapareceriam, mas sim que se eles forem derrotados o serão pelo capitalismo e pelo Estado que o serve e, deste modo, não “poderiam se converter no ponto de partida direto do sistema econômico para o qual tende a moderna sociedade” para o que esses grupos/classes sociais oferecem outros horizontes de sentido, conforme Marx sinalizara.

E, acrescenta Marx, “o Estado agiu como uma “estufa”<sup>36</sup> para o desenvolvimento capitalista na Rússia (MARX *apud* SAYER E CORRIGAN, 2012, p.120). Foi o Estado que, depois de 1861,

(...) “colocou a comuna russa em condições econômicas anormais”, foram seus impostos que transformaram a comuna em uma “espécie de matéria inerte facilmente explorada pelo comércio, pelos proprietários de terras e usurários”; e sua “opressão desde fora”, o que precipitou os conflitos de interesses dentro da comuna. Foi o Estado que apoiou uma forma de empresa capitalista que, “sem desenvolver de forma alguma as premissas produtivas da agricultura, é a mais adequada para facilitar e precipitar o roubo de seus frutos por meio de intermediários improdutivos.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

Desta forma, ajudou a enriquecer a um novo bando capitalista que suga o já esgotado sangue da comuna rural”. Portanto, o que primeiro se necessita é, antes de tudo, uma revolução contra esta “conspiração de poderosos interesses”. (MARX *apud* SAYER E CORRIGAN, 2012, p.120)

A relação que os Estados, sejam liberais-conservadores, sejam progressistas, vêm mantendo com os grupos/classes sociais/etnias/povos/nacionalidades das regiões de expansão dos chamados Eixos de Integração e Desenvolvimento (IIRSA), dá conta do caminho que estamos seguindo. Marx, por seu turno, afirmara sobre a realidade das comunas russas à sua época:

Se a revolução se produz a tempo, se concentra todas as suas forças... para assegurar o crescimento sem obstáculos da comuna rural, esta última prontamente se desenvolverá como um elemento regenerador da sociedade russa e como um elemento de superioridade sobre os países escravizados pelo regime capitalista. (MARX *apud* SAYER E CORRIGAN, 2012, p.120).

Não estaria em nosso horizonte latino-americano atual essa possibilidade histórica?

O que o “último Marx”<sup>37</sup> nos oferece, no dizer de Sayer e Corrigan, é uma reflexão sustentada “sobre as formas apropriadas para a transformação socialista. Uma busca, por uma parte, de formas sociais nos modos atuais de vida e de luta que sejam capazes de avançar na emancipação do trabalho – formas prefigurativas, como agora as chamamos, não no sentido utópico, senão como únicos meios eficazes e materiais para promover o socialismo”.

O “último Marx”, sobretudo pós anos 1870, nos traz uma

reflexão rica para pensar a relação entre tradição e modernidade, para nos mantermos nos marcos do pensamento ocidental, mas não em termos abstratos. Trata-se de um material fundamental, “mas escandalosamente abandonado pelos socialistas de hoje (...). Os últimos escritos de Marx contêm muito de novo e extremamente não-ortodoxo, é desnecessário dizer que é altamente relevante em nossa própria situação” (SAYER e CORRIGAN, 2012).

Os autores que aqui nos inspiram afirmam que “Marx nunca foi um escritor de utopias socialistas, menos ainda um anarquista. Sustentou duras batalhas contra os anarquistas na década de 1870, denunciando o que chamou “indiferentismo político” – o rechaço da atividade da classe operária no terreno da política oficial – com profunda ironia. Mas tampouco era um instrumentalista, um Realpolitiker”<sup>38</sup> (SAYER E CORRIGAN, 2012, p. 122). Foi um crítico apaixonado do “socialismo de Estado” de Lassalle tanto como de Bakunin ou de Proudhon. A indiferença política não avança a emancipação do trabalho, porque não se compromete com os atos do poder político. Mas a Realpolitik só aparenta fazê-lo, porque os meios que utiliza são eles mesmos formas da dominação burguesa. Em nossa época, esta última parece ser a leitura mais pertinente. Podemos aprender muito da atenção que Marx prestava às formas” (SAYER E CORRIGAN, 2012, p.122).

O campesino-indígena, assim como seus parentes que se rein-

ventam como outros grupos/clases sociais nas periferias urbanas, vêm se afirmando nas últimas décadas, já não são mais como o local ou o regional, mas o local, o regional e o nacional se imbricando através de uma história de longa duração (o tempo do sistema mundo moderno-colonial e seu sistema de estados) por meio de movimentos sociais e populares que se sabem parte do sistema mundo enquanto história local sofrida de um projeto imperial/global, conforme a formulação de Walter Mignolo.

Sabem que a luta pela terra é também luta pela Terra (planeta). Sabem que a diversidade é a condição da unidade seja da vida em sentido estrito, seja da humanidade em suas diversas formas culturais. Afinal, a chuva que cai a barlavento explica a seca a sotavento. A leitura crítica que os povos e comunidades indígenas fizeram, em 1992, na Conferência das Nações Unidas de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida como RIO 92, associando 1992 a 1492, ou seja, aos 500 anos do descobrimento/encobrimento, trouxeram à vista de todos que há uma história de longa duração atuando -, atual, atualizada - e se veem a si mesmos como parte de outro projeto civilizatório nos propondo interculturalidade (Catherine Walsh).

Durante a Rio 92 denunciaram não somente o genocídio/etnocídio, mas o próprio fato de, depois de 500 anos de etnocídio, genocídio, epistemicídio e devastação, todos os representantes do sistema de estados do sistema

mundo capitalista moderno-colonial estarem se reunindo para debater a escassez de água, de vida (biodiversidade), a poluição do ar e a perda de solos (ecocídio?). E tudo isso foi feito em nome de colonizá-los, civilizá-los, desenvolvê-los. Assim, politizaram o debate sobre o desenvolvimento como limite diante da natureza. A fratura metabólica em curso é o olvido da natureza de um modo de produção, inclusive de um modo de produção de conhecimento. Eis aí a razão de ser das lutas pela reapropriação social da natureza (LEFF, 2006), das lutas pelos territórios, pelos sentidos de estar na terra, enfim, por territorialidades.

Os povos indígenas e os diferentes camponeses têm um papel estratégico ao protagonizar lutas em defesa da água, do ar, da terra e da vida. Assim como os últimos 50/60 anos foram os 50/60 anos mais devastadores da história humana, quando houve a maior onda de expropriação indígena-camponesa que desruralizou e sub-urbanizou por toda parte, foi também nestes 50/60 anos que a humanidade vem tomando conhecimento prático de seu caráter planetário (Antropoceno ou Capitaloceno?) e que emergiram por todas as partes movimentos que lutam por territórios em sua diversidade (territorialidades) e, assim, põem na ordem do dia o direito à igualdade na diferença (PORTO-GONÇALVES, 2001) e questionam a forma geográfica de organização das relações sociais e de poder, o estado territorial e seu colonialismo interno (Gonzalez Casanova).



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

É dessas experiências, desses diferentes lugares – topoi – que haveremos de nos apoiar, de nos inspirar. Afinal, a crítica ao capitalismo e ao Estado, para o que já temos um legado teórico razoavelmente consistente, não é, todavia, suficiente para instituir outras formas societárias. Se não queremos repetir Platão é dessas experiências de lutas e do léxico teórico-político que daí emana que haverá de surgir inspiração. E elas já estão em curso...

Na América Latina, uma rica produção teórica nos legou uma fina análise sobre o caráter “abigarrado”<sup>39</sup> de cada formação estatal-territorial (Zabaleta Mercado), implicando o “colonialismo interno” (CASANOVA, 1971) desde o início. Esse caráter de “colonialismo interno” não é um fenômeno típico dos países/regiões/povos da periferia do capitalismo, como se poderia pensar.

Uma das inspirações de Pablo Gonzalez Casanova para a formulação do “colonialismo interno” foi o geógrafo e ativista occitano-francês Robert Lafont (1923-2009) em seu livro *La Révolution Regionaliste*, de 1967 (LAFONT, 1971 [1967]) que analisa o colonialismo interno que constituiu a França.

Assim, o fenômeno do colonialismo não se restringe somente à escala global do sistema mundo capitalista moderno-colonial, da qual é parte, mas se faz presente também na constituição interna dos estados territoriais, como vimos. Foi necessária a denúncia à barbárie do holocausto contra os judeus para que fosse aberto, na

ONU, um debate sobre o direito das minorias étnicas no interior dos estados territoriais, colonialmente chamados de nacionais.

Os povos indígenas souberam explorar essa brecha teórico-política, sobretudo pós anos 1990, com o Convênio 169 da OIT (organização Internacional do Trabalho) que os considera dignos e, por isso, devem ser consultados previamente sobre o que quer que seja em seus territórios. Eis uma das fontes do atual debate acerca da autonomia e da família de conceitos território-territorialidade-territorialização a que está associado (Ortiz)<sup>40</sup>.

Assim, nos encontramos numa quadra histórica em que as duas vertentes filosóficas dominantes que emanam da tradição iluminista – a liberal e a marxista – afirmam o Estado, muito embora ambas, em seus princípios, sinalizem para o seu fim. Há sutilezas com que cada uma dessas vertentes insinuem os caminhos rumo a uma sociedade com menos Estado ou até mesmo sem Estado, seja o “estado mínimo” liberal, seja a “ditadura do proletariado” ou “socialismo”, como etapa de transição rumo ao comunismo e, no entanto, se afirmem [NE: conjectura: continuam] afirmando o Estado que criticam. E é justamente nessa encruzilhada que acreditamos que o espaço – a geograficidade do social (PORTO-GONÇALVES, 2006) - adquire relevância para a superação dos impasses em que nos encontramos. (...)

Alguns dos pilares do “padrão de poder capitalista moderno-colonial”<sup>41</sup> eurocentrado” indicam

essa crise (“caos sistêmico”), a saber: (1) a ascensão do movimento negro e indígena que põe em xeque o racismo; (2) a ascensão do movimento feminista que põe em xeque o patriarcalismo e, ainda, (3) a crise da racionalidade instrumental que subordina a natureza com todo o aparato do sistema técnico-científico que está implicada na desordem ecológica global. Em suma, desde os anos sessenta, dominar os negros e os indígenas, as mulheres e a natureza – condição de produção/reprodução da ordem-que-aí-está – não mais se faz sem que sejam publicamente questionados.

Uma das ideias-chave do construto do mundo moderno (e colonial) passa a ser objeto de questionamento: o desenvolvimento. Mas a crítica não basta. Surgem narrativas próprias. Deste modo, se abre a porta para uma multiplicidade de novos e antigos conceitos e visões de mundo: vida em plenitude, buen vivir, sumak kawsay ou sumaq qamaña, enfim, uma cultura da vida com nomes diferentes e variedades emergentes de povos indígenas em várias regiões da América do Sul; Ubuntu, com sua ênfase na mutualidade humana (“Eu sou porque nós somos”) que nos vem da África do Sul; democracia radical ecológica ou swaraj, com foco na autoconfiança e autogoverno, na Índia; e o decrescimento, a hipótese de que podemos viver melhor com menos e em comum, nos países ocidentais; os caracoles zapatistas e suas juntas de bom governo; o logko mapuche; o CRIC dos indígenas na Colômbia.

O pressuposto de universalização de um projeto civilizatório de uma determinada província do mundo – a Europa – começa a ser abertamente questionado quando se começa a falar de “desordem ecológica” e que o modo de vida inglês não é generalizável, como denunciara Mahatma Gandhi, antes mesmo de conhecer a voracidade do *american way of life*. A diversidade e a natureza surgem como questões que se juntam às críticas do sistema mundo em seus pilares capitalista e territorialista. Uma transição de larga duração está em curso.

Para ilustrar a riqueza que já está em curso prestemos atenção ao que Álvaro Garcia Linera vislumbrara, no momento em que ainda se encontrava próximo dos movimentos emancipatórios, do potencial de novas institucionalidades advindas das “relações de produção” ou dos “modos de produção” das mobilizações.

Agora, é certo que estas técnicas de democracia e cidadania comunitária regidas por outros parâmetros morais e políticos distintos aos liberais e efetivadas através de instituições não partidárias de tipo associativo e assembleístico tem uma existência preponderantemente local e regional. Sem embargo, distintos momentos da história mostram que estes sistemas podem articular-se em sistemas macro de democracia, abarcando milhares de comunidades, a numerosos grêmios e bairros, tanto no âmbito urbano como rural, assumindo a forma de exercício democrático em grande escala (federações sindicais provinciais, federações ou confederações de ayllus, bloqueios de caminhos, sublevações, participação eleitoral, etc.). Com um pouco de esforço, como aquele que dá o Estado aos partidos para que não desapareçam, estas práticas democráticas não liberais facilmente poderiam ter uma existência regular e à escala



Revista do Programa de  
Pós-Graduação em Geografia e  
do Departamento de Geografia  
da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

macro estatal. Na Bolívia, as identidades coletivas normativas por bairro, ayllu, comunidade, grêmios laborais precedem majoritariamente a qualquer manifestação de individualidade e são utilizadas cotidianamente para exercer controle social, para fazer demandas, para eleger representantes, para introduzir querelas igualitárias, para formar uma moral cívica de responsabilidade cidadã. Sem embargo, estas instituições de corte democrático que tem suas próprias técnicas de deliberação, de prestação de contas, de eleição de autoridades, de introdução de querelas, de formação de opinião pública, de dissensos e consensos, de igualação política entre seus membros, isto é, de exercer direitos democráticos em sua definição substancial, não são tomadas em consideração pelo Estado atual que, pelo contrário, faz sistemáticos esforços para disciplinar de maneira autoritária, seguindo os moldes demo-liberais, ao conjunto destas outras expressões de democratização social. Estas técnicas políticas diferenciadas, estes sistemas de autoridade indígena-camponeses e urbano-plebeus formam parte da complexa trama multicivilizatória da realidade boliviana, visível também através de outras práticas sociais como as que emanam do entendimento e exercício da justiça do ayllu, nas técnicas escriturais andinas (têxtil e trançado), na predominância de repertórios textuais (a oralidade, a visualização, o conhecimento tátil, etc.), na gestão de recursos coletivos, na gestão de direitos familiares vinculados às responsabilidades políticas, etc.” (LINERA *in* ALBÓ, 2008, p.262).

Foi ao que pudemos assistir e ainda está vivo em nossa memória, nos primeiros 12 dias de outubro de 2019, no Equador, quando o governo baixou um conjunto de regras – um *paquetazzo* – em que escancarava a subordinação da sociedade equatoriana aos ditames do FMI e suas políticas de cortes nos gastos sociais (subsídios), redução de salários e direitos sociais dos funcionários públicos, facilitava a remessa de

divisas para fora do país e, diante da r-existência dos grupos/classes sociais organizadas em torno da CONAIE, dos sindicatos, de federações indígenas inclusive de credo evangélico, de estudantes e de transportistas, decretara estado de exceção e desencadeara uma violenta repressão que deixou 8 mortos e milhares de feridos e presos. E através dessas formas assembleísticas com suas próprias técnicas de deliberação, de prestação de contas, de eleição de autoridades, de introdução de querelas, de formação de opinião pública, de dissensos e consensos, de igualação política entre seus membros, isto é, de exercer direitos democráticos em sua definição substancial, não são tomadas em consideração pelo Estado atual que, pelo contrário, faz sistemáticos esforços para disciplinar de maneira autoritária, seguindo os moldes demo-liberais, ao conjunto destas outras expressões de democratização social. Estas técnicas políticas diferenciadas, estes sistemas de autoridade indígena-camponeses e urbano-plebeus formam parte da complexa trama multicivilizatória da realidade” (LINERA *in* ALBÓ, 2008, p.262) equatoriana, aqui substituo a sociedade boliviana da citação acima de Garcia Linera.

E, mais, os indígenas do Equador junto a outros setores em situação de subalternização recentemente fizeram valer o caráter plurinacional que inscreveram na Constituição Política de Montecristi, do Equador, e decretaram o estado de exceção nos territórios indígenas onde

não só impediram a entrada de forças repressivas e, até mesmo, efetuaram a prisão de militares que ousaram fazê-lo.

Tudo isso nos mostra a importância de retomarmos o diálogo entre essas experiências e o legado do pensamento/ação revolucionário europeu. O problema para o socialismo não é somente o conteúdo de classe do poder político, senão sua forma Estado. O que se necessita não é simplesmente a emancipação política, senão a emancipação da política, compreendida como um conjunto particularizado de atividades, ocasiões e instituições. Por isso, Marx exalta a Comuna como “uma revolução contra o Estado mesmo... um reassumir, por parte do povo e para o povo, sua própria vida social”. Não estamos dizendo que Marx se tornou anarquista na velhice ou que alguma vez pensara que o Estado podia simplesmente ser eliminado por decreto. Ao contrário, insistia que seriam necessárias prolongadas lutas de classe, para as quais a forma da Comuna era o “meio racional”, para que o trabalho se liberte a si mesmo do “estrume dos anos” (SAYER e CORRIGAN, 2012, p. 117)<sup>42</sup>, incluída a separação entre sociedade civil e Estado. A ênfase que punha Marx no caráter prolongado<sup>43</sup> e na complexidade da revolução socialista é um traço marcante em seus últimos textos. Mas jamais sustentou o ponto de vista de que um “Estado proletário” poderia ser “deixado de lado” (Ibidem)<sup>44</sup>.

Temos, hoje, condições de avaliarmos essas teses não só

em termos de projeto ou em termos teóricos, mas depois de experiências concretas e prolongadas de formas políticas revolucionárias vivenciadas ao longo do século XX. Nelas, o espírito da comuna, da confederação de comunas ou do *soviet* e de uma união de *soviets*, foi subsumido pela centralização, ainda que Marx e Engels, como vimos, tivessem feito autocrítica explícita ao que afirmaram sobre isso no Manifesto Comunista. A crítica ao localismo das comunidades, por exemplo, ampliou a escala, esbarrou na tese da impossibilidade do “socialismo num só país” e ampliando mais ainda a escala, se viu diante da expectativa de uma revolução mundial! Enfim, os limites do local foram ampliados para os limites da nacional e, deste modo, a revolução mundial não passa de uma quimera onde sempre é adiada a chegada da utopia. Há que ser nas comunas, nos lugares, com/contra os estados territoriais que haveremos de nos inspirar para inventar/consagrar outras relações entre lugares/comunas – outras configurações territoriais - a partir dos horizontes de sentido que nos são oferecidos no mundo mundano – nos topoi.

Eis a questão de fundo que os desurbanistas russos dos anos 1920 anunciaram e que talvez, hoje, estejamos vivendo de modo mais aberto e desafiados a tratar depois da tragédia que o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas vem provocando, como colapso ambiental global, enfim, com a destruição generalizada das fontes de vida.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

Um outro léxico teórico-político vem sendo oferecido pelas lutas sociais e populares na América Latina desde 1990 com a consigna Vida, Dignidade e Território. Enfim, parece que

algo diferente do lema Liberdade, Igualdade e Fraternidade, com que se moveram até aqui as esquerdas e as direitas, tem outras opções que não vêm dos céus. ●

## NOTAS

1. BARROS, A.M.L.; ZANOTELLI, C.L; ALBANI, V. (ORGS.) *Geografia urbana. 30 anos do Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Cidades, revoluções e injustiças: entre espaços privados, públicos, direito à cidade e comuns urbanos*. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2020. Disponível em [https://simpurb2019.ufes.br/sites/simpurb2019.ufes.br/files/field/anexo/livro\\_xvi\\_simpurb\\_cidades\\_revolucoes\\_e\\_injusticas\\_1.pdf](https://simpurb2019.ufes.br/sites/simpurb2019.ufes.br/files/field/anexo/livro_xvi_simpurb_cidades_revolucoes_e_injusticas_1.pdf)
2. Ver PORTO-GONÇALVES, C. W. *De utopias e de topoi: espaço e poder em questão*. *Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v. 3, n. 2, p. 10-58, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/got.2017.v3.32464>. Acessado em 08-11-2023.
3. A Mesa redonda, como todas aquelas do XVI Simpurb, foi gravada e pode ser vista em: [https://youtu.be/qs\\_Clt2WljI?si=Q8yFsS6S1Oa3qCyF](https://youtu.be/qs_Clt2WljI?si=Q8yFsS6S1Oa3qCyF)
4. No Brasil, destaquemos José Luiz Fiori e, sobre América Latina especificamente, a enorme contribuição do IELA – Instituto de Estudos Latino-Americanos – da UFSC, no qual se destacam o economista Dr. Nildo Ouriques e a cientista social Dr<sup>a</sup> Elaine Tavares.
5. Uma série de eventos como a frustrada tentativa de golpe contra o então Presidente Hugo Chavez Frías, em 2002, a derrubada do Presidente do Haiti, em 2004, os golpes de estado em Honduras, em 2009, no Paraguai, em 2012, e no Brasil, em 2016, golpes de Estado de novo tipo, diga-se de passagem, haja vista que os militares que sempre protagonizaram essas ações, não estiveram à frente desses eventos, embora estivessem na garantia da lei e da nova ordem que se gestava “com as instituições democráticas funcionando normalmente”, segundo a nova narrativa veiculada pelos meios de comunicação de massas, cada vez mais implicados com o bloco de poder que comanda a nova ordem mundial sob hegemonia do capital financeiro. O intervalo comercial do principal noticiário da televisão brasileira, o Jornal Nacional da TV Globo, é emblemático dessa tese. Lá estão os principais bancos brasileiros e as grandes corporações do agronegócio (Sadia, Perdigão, Seara, Friboi) e da mineração (Vale). O intervalo comercial se revela, assim, como a parte mais verdadeira daquele noticiário.
6. Em 2003, a transnacional Syngenta publicou no Clarín e La Nación, dois dos mais importantes jornais argentinos, um informe publicitário sob o título de República Unida da Soja. A imagem acima desse informe publicitário de caráter colonial foi obtida em <http://www.grain.org/es/article/entries/4739-la-republica-unida-de-la-soja-recargada> em 18 fev. 2014.
7. Nota dos Editores (NE): Refere-se às Forças Armadas. Optamos por manter a escolha do autor que se utiliza da tradição de escrita de siglas em espanhol em que se duplica as letras quando são formadas por duas palavras no plural. A longo do texto, aparecerão outras situações semelhantes ou que se utilizam da mesma lógica: eeuurocentrismo, EEUU.
8. I. Wallerstein, 2008. *História y Dilemas dos Movimentos Antisistémicos*. UNAM, México.
9. Passemos a palavra a Rosa Luxemburgo [Nota dos Editores: não se sabe a qual texto de Rosa Luxemburgo o autor faz referência]: “O sistema social socialista não deve e nem pode ser senão um produto histórico, nascido da própria escola da experiência, nascido na hora da sua realização, resultando do fazer-se da história viva que, exatamente como a natureza orgânica, da qual faz parte em

última análise, tem o belo hábito de produzir sempre, junto com uma necessidade social real, os meios de satisfazê-la, ao mesmo tempo que a tarefa a realizar, a sua solução. E assim sendo, é claro que o socialismo, por sua própria natureza, não pode ser outorgado nem introduzido por decreto. Ele pressupõe uma série de medidas coercitivas, contra a propriedade etc. Pode-se decretar o negativo, a destruição, mas não o positivo, a construção. Terra nova. Mil problemas. Só a experiência é capaz de corrigir e de abrir novos caminhos. Apenas uma vida fervilhante e sem entraves chega a mil formas novas, improvisações, mantém a força criadora, corrige ela mesma todos os seus erros. Se a vida pública dos Estados de liberdade limitada é tão medíocre, tão miserável, tão esquemática, tão infecunda é justamente porque, excluindo a democracia, ela obstrui a fonte viva de toda riqueza e de todo progresso intelectual. (...) O que ocorre no plano político vale também para o econômico e o social. É preciso que toda a massa do povo participe. Senão o socialismo é decretado, outorgado por uma dúzia de intelectuais fechados num gabinete. A prática do socialismo exige uma transformação completa no espírito das massas, degradadas por séculos de dominação da classe burguesa. Instintos sociais em lugar dos instintos egoístas, iniciativa das massas em lugar do “Controle público absolutamente necessário” (Lenin, *Mitteilungs-Blatt*, n. 36). Senão a troca de experiências permanece no círculo fechado dos funcionários do novo governo. Corrupção inevitável. Ninguém o sabe melhor, nem o descreve mais convincentemente, nem o repete com mais obstinação do que Lenin. Só que ele se engana completamente quanto aos meios. Decretos, poder ditatorial dos contramestres, punições draconianas, terror, são apenas paliativos. O único caminho que leva ao renascimento é a própria escola da vida pública (*die Schule des öffentlichen Lebens selbst*), a mais ampla e ilimitada democracia, opinião pública (*öffentliche Meinung*). É justamente o terror que desmoraliza”.

10. O Chile foi a primeira experiência desse novo liberalismo aliado ao conservadorismo.
11. Nota dos Editores: *Hegemon*, do inglês, um país ou Estado muito forte e poderoso e, portanto, capaz de controlar outros.
12. Cada dia se torna mais relevante o lugar dos Fundos de Pensão que são capitais originariamente formados a partir do salário dos trabalhadores, mas que vivem de apropriação da mais valia através do mercado financeiro. Raul Zibechi chega a dimensionar que 70% do mercado financeiro seja controlado por esses fundos de pensão, que mantém fortes relações com o mundo sindical, o que nos ajudaria a entender a atual convergência de interesses entre capital e trabalho.
13. Arturo Escobar é mais específico ao localizar a noção de desenvolvimento em 1949, no discurso do Presidente Harry Truman.
14. Com a “queda do comunismo”, em 1989, começa a regredir a social-democracia. Enfim, não se sentindo mais ameaçado pelo “socialismo”, o capitalismo assumiu sua face bárbara. Os níveis de concentração de riqueza alcançaram patamares inéditos na história com o neoliberalismo (liberais aliados a conservadores). Eric Hobsbawm assim se manifestou, em 1997, em entrevista ao Jornal O Globo: “Nós, socialistas, somos responsáveis por algo que não queríamos: nós civilizamos o capitalismo, quando nós queríamos destruí-lo”. E lança a pergunta que se tornaria uma premonição. “O que será do capitalismo quando ele não mais teme o socialismo?”
15. Tales Ab’Saber nos chama a atenção para o caráter profacista da sociedade de consumo cujo hedonismo instiga uma satisfação egóica de massa que, como tal, se guia mais pelo inconsciente do que por sua consciência de quando está só. Para Sigmund Freud, a oposição entre a psicologia individual e a psicologia social ou de massas é tênue. “A oposição entre psicologia individual e psicologia social ou das massas, que à primeira vista pode parecer muito significativa, perde boa parte de sua agudeza se a examinamos mais detidamente. É certo que a psicologia individual se dirige ao ser humano particular, investigando os caminhos pelos quais ele busca obter a satisfação de seus impulsos instintuais, mas ela raramente, apenas em condições excepcionais, pode abstrair das relações deste ser particular com os outros indivíduos. Na vida psíquica do ser individual, o Outro é, via de regra, considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário e, portanto,



Revista do Programa de  
Pós-Graduação em Geografia e  
do Departamento de Geografia  
da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado” (Freud).

16. Já em 2007, a ONU registrava, pela primeira vez, que a população urbana se tornara maior que a população rural.
17. Vários dos militares que se tornaram ministros no governo Bolsonaro passaram pelas tropas do Haiti.
18. A expressão não-rural [Nota dos editores: conjectura: não-urbano] aqui indica que muitas populações/muitos povos não podem ser analisados segundo o par rural-urbano, como os muitos povos indígenas da América/Abya Yala.
19. O conceito de urbanização estendida foi inicialmente proposto por Roberto Luis de Melo Monte-Mór (2004, 2005) em uma investigação pioneira da Amazônia brasileira.
20. Gabriela Gazola Brandão. *O Ecúmeno e a Cidade Habitada*. XVII Enanpur, Natal 2019.
21. Segundo Brandão (2019, p. 3), “há, na proposta de Berque, uma profunda intimidade na relação da humanidade com a extensão terrestre caracterizada por ‘[...] uma impregnação recíproca do lugar e do que se descobre: no ecúmeno, o lugar e a coisa participam um do outro’ (BERQUE, 2000 apud HOLZER, 2004, p.62)”.
22. Texto disponível como Texto para Discussão, 281, em <https://cedeplar.ufmg.br/publicacoes/>.
23. Para uma breve discussão dos conceitos de polis, civitas, e urbs ver Cardoso (1990) e Carpintero (1998).
24. Segundo consta, T. Morus inicia seu *Utopia* relatando as notícias que recebera de um comandante sobre a vida boa numa terra distante, num outro lugar: na América.
25. Poderíamos recuar à Cidade de Platão (428/7 – 328/7 a.C.) para encontramos o modelo rigorosamente ideal das utopias.
26. Esse apartado do artigo se apoia amplamente em Acosta, 2019.
27. De uma cada vez mais ampla bibliografia existente sobre o tema, se pode consultar o livro de Alberto Acosta: *El Buen Vivir Sumak Kawsay, una oportunidad para imaginar otros mundos*, ICARIA, (2013), a partir de uma edição preliminar de Abya-Yala Ecuador (2012). (Este livro foi editado em edições revisadas e ampliadas continuamente, em francês - Utopia 2014, em alemão – Oekom Verlag 2015, em português - Editorial Autonomia Literária y Editorial Elefante 2016, em holandês - Uitgeverij Ten Have 2018). Talvez essa geografia editorial nos diga da relevância do tema e do autor.
28. Ver, por exemplo, *Dispersar el Poder - Los movimientos como poderes antiestatales*, de Raul Zibechi. Tinta Limón, Buenos Aires, 2006.
29. Navarro, L. H, 2019. *México: aprender a diferenciar entre las autodefensas comunitaria, las empresariales o estatales y las delincuenciales*. La Jornada, México 30 ago. 2019.
30. Não são poucos os casos de autodefesas empresariais e delinquências, de que é preciso se tomar em conta: conforma Navarro (2019) nos relata “Hipólito Mora, um dos fundadores das autodefesas de Michoacan, em 2013, somente em 15 de julho de 2019, anunciou em seu perfil no Facebook: Informo ao governo federal e do estado que a partir (...) “de hoje trarei comigo um rifle e uma pistola, e qualquer autoridade que trate de me deter ou desarmar vai ter que me matar, porque nem vivo nem à prisão me levarão, nem me desarmarão. (...). Em 14 de fevereiro de 2013, “H. Mora havia se reunido com Miguel Ángel Gutiérrez, *El Kiro*, e com Juan José Farías, *El Abuelo*, personagens associados no passado com o Cártel dos Valencia. Ali acordaram levantar-se em armas 10 dias depois em la Ruana e Tepalcatepec. Assim foi como se apresentaram à sociedade as autodefesas na Tierra Caliente de Michoacán (<https://bit.ly/328v0T3>). (...). Em

dezembro de 2014, os homens de Luis Antonio Torres, *El Americano*, mataram o filho de Hipólito Mora. *El Americano*, é membro de uma autodefesa que cresceu nos Estados Unidos, vinculado a Servando Gómez Martínez, aliás *La Tuta*, protegido do governo anterior, que supostamente foi executado em julho de 2018 em Manzanillo. (...) Hipólito Mora é acusado por seus vizinhos de portar-se como cacique (...). Já as autodefesas calentanas surgiram em 2013 das mãos do Exército, fazendeiros, agricultores e grupos de narcotraficantes para enfrentar um dos cartéis mais violentos do México, o cartel de *Los Caballeros Templarios*. Na marcha, tornaram-se uma nova versão da bola [NE: não sabemos qual o sentido aqui de “bola”?] revolucionária, juntando-se a outros setores prejudicados pela brutalidade criminoso. (...) Para trazer para o redil um movimento que escapava ao seu controle, o governo federal combinou diversas medidas: institucionalização em Força Rural, cooptação, ameaças, promoção de confronto entre grupos, prisão e decapitação dos líderes rebeldes. (<https://bit.ly/33YHe26>).

31. Como exemplo poderíamos citar esta crônica do conservador *Diario La Nación*, Buenos Aires, de 12 de novembro de 2018: “Pensar entre todos: organizaciones y vecinos se ponen sus barrios al hombro”, <https://www.lanacion.com.ar/comunidad/sin-titulo-nid2190719>.
32. Nota dos editores: não nos foi possível saber a qual artigo faz referência Carlos Walter.
33. Os desurbanistas russos (ver Rodrigues, Antonio Jacinto, 1975. *Urbanismo e Revolução*. Ed. Afrontamento, Porto) e certas tradições socialistas não-hegemônicas, como a de William Morris, por exemplo, assumem um lugar importante nesse debate teórico-político por terem colocado explicitamente a questão da relação sociedade-natureza em termos políticos e considerado a questão da relação cidade-campo e do ordenamento territorial.
34. Nota do Editor: A partir desta parte do artigo é semelhante àquele publicado pelo autor precedentemente e que já foi citado anteriormente: PORTO-GONÇALVES, C. W. *De utopias e de topoi: espaço e poder em questão*. *Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v. 3, n. 2, p. 10-58, 2017. Disponível: em <https://doi.org/10.5433/got.2017.v3.32464>. Acessado em 08 nov. 2023.
35. Uma espécie de mutirão, de minga, comum entre os trabalhadores russos.
36. Marx utilizou a mesma imagem em *O Capital*, I, pág. 751, em uma conhecida passagem em que conclui que a força do Estado é “em si mesma um poder econômico”.
37. O legado do Marx tardio, ao contrário do que se convencionou distinguir entre um “jovem Marx” e um “Marx maduro”, como fizera Louis Althusser, dialoga e aprofunda muitas ideias que Marx desenvolvera nos anos 1840 e oferecem um apoio firme para uma leitura anti-evolucionista de Marx. Há muito de continuidade em Marx do que essa divisão quis fazer crer. E muita mudança para continuar pensando melhor a superação do capitalismo, muitas vezes recuperando com mais profundidade ideias de juventude dele.
38. Ver carta de Marx a Kugelmann de 23 de fevereiro de 1865. Em castelhano. O. E. Ed. Progreso, Moscou, vol.II, pág. 236.
39. O “abigarrado” se caracteriza pela “coexistência sobreposta de vários modos de produção, de vários tempos históricos e sistemas políticos que podem ser resumidos como civilizações. Em termos estatais, esta não é uma questão simplesmente cultural que pode ser resolvida através da construção de uma espécie de “democracia multicultural”, como acontece em muitas sociedades ao redor do mundo; É uma questão de lógica e de técnicas organizacionais da política que atravessa igualmente as identidades culturais (aimara, mestiços, quíchuas, etc.)”, conforme resume Garcia Linera (2003) em seu artigo *Democracia Liberal versus Democracia Comunitária* publicado em *El Juguete Rabioso*, n.º. 79, mayo. La Paz, Bolívia.
40. Para isso é fundamental consultar a Primeira Declaração de Barbados: Pela Liberação do Indígena (1971) e o Primeiro Manifesto Tiahuanaco (1973). Ambos os documentos estão disponíveis na rede.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

41. Na perspectiva de Anibal Quijano, o poder é entendido como uma malha, uma rede de relações de dominação, exploração e conflito articuladas em torno da disputa e controle sobre cinco dimensões básicas da existência social: o trabalho, a natureza, o sexo, a subjetividade e a autoridade. São, em sua inscrição concreta e histórica, experimentadas e vivenciadas nos diversos, heterogêneos, dispersos e descontínuos âmbitos da existência social que as relações de poder se realizam e desenham a permanência e durabilidade de uma determinada formação social. Agradeço a Pedro Quental essa nota de esclarecimento.
42. Ver *Writings on the Paris Comune*, 1971: pág. 15. A imagem “o estrume dos anos” é de Marx, In Marx e Engels, 1975. *Collected Works*, Londres, Moscou e N. Yorh, Vol. 5, pág. 53.
43. Marx estabelece um paralelo explícito nos rascunhos de A guerra Civil na França com as transformações da escravidão para o feudalismo e do feudalismo para o capitalismo. In: Marx, K. *Writings on the Paris Comune*, 1971, pág. 154-155.
44. “Desvanecer-se” é a formulação de Engels no Anti-Dühring, loc. cit. Ser “descartado” é a formulação de Lênin em sua conferência de 1919 sobre o Estado (Lênin, V. *Collected Works* 29, Moscou, 1965, pág. 488).

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. La ciudad, un espacio de emancipación. *Rebelión*, 2019. Disponível em: <https://rebellion.org/la-ciudad-un-espacio-de-emancipacion/>

BARTRA, A. *Con los pies sobre la Tierra*. Despojo y resistencia en los territorios. Mexico D.F, Editorial Itaca, 2015.

BRANDÃO, G. G. O Ecúmeno e a Cidade Habitada. *XVII Enanpur*, Natal 2019

BRENNER, N. Teses sobre a urbanização. *e-metropolis*, nº 19, ano 5, dezembro de 2014. Disponível em <http://emetropolis.net/artigo/146?name=teses-sobre-a-urbanizacao>. Acessado em 01 de dezembro de 2023.

GANS, H. J. Some Problems of and Futures for Urban Sociology: Toward a Sociology of Settlements. *City & Community*, Volume 8, Issue 3 p. 211-219, 25 August 2009.

LAFONT, R. *La Revolucion Regionalista*. Barcelona, Ariel, 1971.

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006.

LUXEMBURG, R. *A revolução Russa*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017

MONTE-MÓR, R. L. de M. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. *Texto para discussão*; 281. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006. 14p.

NAVARRO, L. H. *Actualidad de las autodefensas*. La Jornada, 2019. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2019/08/27/opinion/016a2pol>.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola, *Polis*, 41, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/11027>.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De utopias e de topoi: espaço e poder em questão. *Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v. 3, n. 2, p. 10-58, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/got.2017.v3.32464>. Acessado em 08-11-2023.

RODRIGUES, A. J. *Urbanismo e Revolução*. Porto: Ed.



Revista do Programa de  
Pós-Graduação em Geografia e  
do Departamento de Geografia  
da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

Afrontamento, 1975.

SAYER, D.; CORRIGAN, P. El Último Marx: continuidad, contradicción y aprendizaje. In: SHANIN, T. *Marx Tardío y la Vía Russa: Marx e la periferia del capitalismo*. Ediciones CIDECI, San Cristobal de las Casas, 2012.

VAINER, C. Lugar, Região, Nação, Mundo: Explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v. 8, n.2. Novembro, 2006.

VIALE, E. El extractivismo urbano. In: DUPLAT, A. M. V. (org.) *Extractivismo urbano: debates para una construcción colectiva de las ciudades*. Fundación Rosa Luxemburgo; Ceapi; El Colectivo: Buenos Aires, 2017.